Entrada na Mesa
Data 03/10/2024
Hora 11h00
...O Presidente...

ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente

PARLAMENTO NACIONAL

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Proposta de Lei n.º 11/VI (1.ª)

Autorização Legislativa em matéria de fixação de limite de idade para a relação de trabalho de funcionários públicos e agentes da Administração Pública

RELATÓRIO E PARECER
(Artigos 34º e 101º, nº 1, do RPN)

I. INTRODUÇÃO

A PPL n.º 11/VI (1.ª) –**Autorização Legislativa em matéria de fixação de limite de idade para a relação de trabalho de funcionários públicos e agentes da administrativos** deu entrada no Parlamento Nacional no dia 16 de agosto de 2024.

A iniciativa legislativa toma a forma de Proposta de Lei de Autorização Legislativa e é assinada pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, com a menção de sua aprovação em Conselho de Ministros em 24 de abril de 2024, obedecendo ao formulário das propostas de lei nos termos do artigo 11º da Lei nº 1/2002, de 29 de junho (Lei da Publicação dos Atos) cumprindo o disposto nos artigos 90.º, 91.º e 96.º, n.º 2 do Regimento do Parlamento Nacional (RPN).

A Proposta de Lei dispõe de um Preâmbulo e vem acompanhado de Exposição de Motivos, cumprindo o disposto na alínea *d)* do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 98.º do RPN bem como o n.º 1 do artigo 11.º da Lei da Publicação dos Atos.

Por Despacho da Presidente do Parlamento Nacional, a presente PPL foi admitida e mandado baixar à Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça, para a elaboração do Relatório e Parecer, no prazo de 40 dias.

II. DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Foi designado Relator o Senhor Deputado Abílio Quintão.

III. ENQUADRAMENTO JURÍDICO CONSTITUCIONAL E REGIMENTAL

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL) consagra no artigo 96º o regime das autorizações legislativas, exigindo que "devem definir o objeto, o sentido, a extensão e a duração" da mesma, não podendo a autorização ser utilizada por mais de uma vez e caduca com a demissão do Governo, com o termo da legislatura ou com a dissolução do Parlamento Nacional.

Em termos de competência material este tipo de processo legislativo especial integra-se no âmbito da reserva relativa de competência legislativa do Parlamento Nacional (PN), isto é, da competência legislativa que o PN pode delegar ao Governo, atribuindo-se a este o poder de legislar sobre as matérias constantes do nº 1, do artigo 96º da CRDTL, que, sem a autorização, apenas poderia ser objeto de intervenção legislativa direta do Parlamento Nacional.

Esta matéria específica integra-se na alínea d) do nº 1, do artigo 96º da Constituição referente ao regime geral da função pública, do estatuto dos funcionários e da responsabilidade do Estado.

No quadro regimental, esta matéria enquadra-se no Capítulo dos "Processos Legislativos Especiais" (artigo 118 e seguintes do RPN), diferentes do Processo Legislativo Comum, o que pressupõe uma tramitação especial a nível do Parlamento. Para o efeito o Regimento do Parlamento Nacional regula este procedimento nos artigos 122º e 123º do qual vale salientar a alínea b) do nº 1, do artigo 123º que determina que "não há exame em Comissão", isto é, as autorizações legislativas devem ser discutidas e votadas na generalidade e especialidade, diretamente no Plenário, sem baixa às comissões, para qualquer que seja o efeito.

IV. CONSEQUÊNCIAS PREVISÍVEIS DA APROVAÇÃO E EVENTUAIS ENCARGOS NA APLICAÇÃO

De acordo com os dados da Comissão da Função Pública, o número total de funcionários públicos é de 37 924.

Em 2024, total de funcionários com mais de 60 anos de idade é de 4 441.

Em 2025 serão 5 345 os funcionários com 60 ou mais de idade.

O diploma não prevê novos e eventuais encargos na sua aplicação.

Os encargos com o pagamento das pensões de reforma serão suportados pelo sistema da Segurança Social.

V. TRAMITAÇÃO E ANÁLISE MATERIAL DA PROPOSTA DE LEI DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

Tendo baixado a presente PPL n.º 11/VI (1.ª) à Comissão A para a sua apreciação "em razão da matéria", resta-nos salientar que a mesma se trata de uma solicitação de autorização legislativa do Governo ao Parlamento para fixar o limite de idade para a relação de trabalho de funcionários públicos e agentes da Administração Pública, feita ao abrigo do disposto nas alíneas d) do n.º 1 do artigo 96.º - "Regime geral da função pública, do estatuto dos funcionários e da responsabilidade do Estado".

O processo de autorização legislativa é um processo legislativo especial que se rege pelo disposto no artigo 96. º da Constituição e artigos 122. º e 123. º do RPN. Nos termos do disposto no artigo 123.º do Regimento do PN, a iniciativa originária é da exclusiva competência do Governo, o que significa que o Parlamento não pode, por sua iniciativa, aprovar leis de autorização legislativa, só o podendo fazer caso o Governo o solicite.

Sem prejuízo do disposto na alínea b) do nº 1, do artigo 123º, que determina que não há exame prévio em Comissão, julga-se pertinente esta análise prévia (em Comissão) por forma a que o Parlamento Nacional possa obter toda a informação pertinente para a análise, discussão e votação na generalidade e especialidade da presente iniciativa legislativa, pelo Plenário.

Cumprindo esta tramitação, vale salientar que a *"Exposição de Motivos"* fundamenta a iniciativa afirmando que *"presentemente, nos termos do n.º 1 do artigo 116.º da Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, que aprova o Estatuto da Função Pública, alterada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, a relação de trabalho na Administração Pública termina por morte, exoneração, despedimento, aposentação ou demissão."*

Acrescentando que:

"Na atual legislação não existe um limite legal para que os funcionários públicos e os agentes da Administração Pública sejam obrigados a se aposentar, apesar de poderem solicitar a sua pensão

de velhice quando tenham atingido a idade mínima legalmente fixada e completado o tempo mínimo de serviço.

E ainda que:

"*A renovação de quadros na Administração Pública é uma medida essencial para assegurar a melhoria dos serviços prestados à população. Para o efeito, é necessário estabelecer mecanismos que permitam um rejuvenescimento dos profissionais da Administração Pública nacional que possibilitem trazer novas competências para o seio do funcionalismo público*".

Tendo presente as razões invocadas pelo Governo, o Parlamento Nacional deve avaliar o cumprimento - pela iniciativa legislativa apresentada - dos requisitos constitucionais e regimentais que a lei de autorização deve fixar expressamente, isto é, **o objeto, o sentido, a extensão e a duração** da autorização, ou seja, "tem de haver uma predefinição parlamentar da orientação política da medida legislativa a adotar. (...) Destes requisitos decorre diretamente o princípio da especialidade das autorizações legislativas, estando claramente proibidas as autorizações genéricas" (Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, Artigos 108.º a 296.º, Volume II, Coimbra editora, pp. 337).

Assim sendo, observando estes requisitos o pedido, ora apresentado, contempla:

Artigo 1.º - Objeto
Prevê o objeto da lei, que consiste em legislar sobre as causas de cessação da relação de trabalho na Administração Pública.

Artigo 2.º -Sentido
Autoriza o Governo a fixar o limite de idade como causa de cessação do contrato da Administração Pública.

Artigo 3.º -Extensão
A intervenção legislativa autorizada pode vir a regular o seguinte:

- Alteração das causas de cessação da relação de trabalho na Administração Pública previstas no artigo 116.º da Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, que aprova o Estatuto da Função Pública, alterada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, aditando o limite de idade como causa de cessação da relação de trabalho;
- Fixação de um limite de idade aplicável aos funcionários públicos e agentes da Administração Pública abrangidos pela Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, que aprova o Estatuto da Função Pública, alterada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho;

- Aditamento à Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, alterada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, de normas que visem a concretização necessária para fixar o limite de idade como causa de cessação da relação de trabalho na Administração Pública.

(...)

Artigo 5.º -Duração

A autorização legislativa tem a duração de 180 dias, contando da data da entrada em vigor da PPL.

Assim, importa referir que destes requisitos/pressupostos, é determinante atender, em particular, ao sentido e extensão da presente iniciativa, para a devida apreciação que o Parlamento Nacional vai fazer da autorização ao Governo, para não se afastar, por um lado, da essência do pedido formulado e, por outro, que a autorização não se converta "num cheque em branco".

Com efeito, é oportuno relembrar-se que a iniciativa originária é da exclusiva competência do Governo, pelo que deverá ser o Governo a delimitar à partida a intervenção legislativa pretendida.

Por outro lado, deve-se entender que há lugar à discussão e votação na generalidade e especialidade no Plenário, isto é, artigo por artigo, mas sem que os possíveis aditamentos ou restrições à matéria sobre a qual se atribui competência ao Governo para legislar, ultrapassem os limites estabelecidos no artigo 96.º da Constituição, e desde que não se altere na sua essência o objeto, sentido, extensão e duração da autorização legislativa solicitada.

VI. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Para o fim de elaborar e aprovar um Relatório e Parecer, A Comissão entendeu necessária a realização de audiências públicas, as quais tiveram lugar no dia 26 de setembro de 2024, quarta-feira, com início às 10:00 horas, na sala de reuniões desta Comissão.

Entidades Convidadas/Participantes

Foram convidadas para as audiências públicas e participaram as seguintes entidades:

a) **Entidades convidadas:**
   - **O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros**, Sr. Hermenegildo António Cabral Pereira, que foi representado pelo Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Adérito Hugo da Costa

- **O Presidente da Comissão da Função Pública (CFP) -** Sr. Agostinho Letêncio de Jesus
- **O Presidente do Instituto Nacional de Segurança Nacional** – Sr. Arlindo Pinto

A Comissão pretendia ouvir também os representantes dos funcionários públicos, mas não identificou nenhuma associação ou sindicato representativo dos mesmos.

b) Sínteses das Opiniões

A introdução foi feita pelo **Presidente da Comissão A**, sobre o pedido de Autorização Legislativa em matéria de fixação de limite de idade para a relação de trabalho de funcionários públicos e agentes da Administração Pública.

De seguida pronunciaram os convidados.

- **Contribuições do Sr. Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares**

Tomou a palavra para afirmar que esta medida se insere no conjunto das medidas de implementação das políticas de reforma da Administração Pública, especificamente em matéria da Função Pública; e é baseada num diagnóstico do sector e das causas da resistência em optar pela reforma opcional depois de atingida a idade mínima para tal. Uma das causas identificadas está em que, face aos salários que são baixos, esses funcionários não querem perder os subsídios e outros suplementos salariais.

Por outro lado, afirmou que o Governo está a trabalhar no sentido de resolver algumas das causas de baixos salários, concretamente na realização de promoções e progressões na carreira, visto que isto não tem ocorrido desde há muitos anos.

O Governo pretende fixar como limite os 65 anos para a aposentação compulsiva. Serão consideradas situações de exceção, nas quais que poderá manter a relação de emprego para além dos 65 anos.

- **Contribuições do Sr. Presidente da Comissão da Função Pública**

O Presidente da CFP iniciou a sua intervenção esclarecendo sobre a promoção extraordinária por antiguidade com o fundamento de que, como já afirmara o senhor Vice-Ministro, acima, há muitos funcionários que nunca foram promovidos nem uma só vez e

alguns até com 70 anos de idade. "Por isso propusemos ao Conselho de Ministros a promoção por antiguidade para o escalão acima. São ao todo 6.000 funcionários nesta situação". É uma medida para colmatar a falha cuja culpa não é dos funcionários públicos e reparar uma injustiça de que estes são vítimas.

Discorreu sobre propostas de promoção dos funcionários que regressam ao serviço, depois de licença para exercício de cargo político.

Em resposta à questão sobre que medidas estão pensadas para a substituir os funcionários das carreiras de docência e de saúde, que irão para a aposentação com a entrada em vigor da nova lei, respondeu que serão de imediato abertos concursos. Em alguns casos já se fizeram recrutamentos e aguarda-se apenas a aposentação dos que serão abrangidos pela lei.

No essencial e na matéria mais diretamente relacionada com o objeto da proposta de lei, apresentou um documento intitulado "Konseitu no Razaun Aplika Reforma Obrigatoriu", onde se expões a posição da instituição. Documento vai em anexo ao presente relatório. Nele expões as vantagens a as desvantagens da medida pretendida pelo Governo, apresentam dados estatísticos sobre o número e percentagem de funcionários potencialmente abrangidos pela medida – em quatro faixas etárias, entre os 60 e os 70 anos de idade -. Conclui com uma proposta de fixação da idade limite de 65 anos para a reforma obrigatória.

A CFP propõe ainda o pagamento de um subsídio de reintegração para os funcionários reformados. A ser aprovado este subsídio, seriam necessários $28,424,740.00 USD, em 2025.

Respondendo sobre que medidas estão pensadas para a substituir os funcionários, que irão para a aposentação com a entrada em vigor da nova lei, afirmou que os novos recrutamentos deverão basear-se numa identificação criteriosa da dimensão da força de trabalho, isto é, qual a força de trabalho ajustada às necessidades da Administração Pública, força de trabalho ministério por ministério, força de trabalho para os municípios em confronto com a força de trabalho a nível nacional. Este é um pressuposto indispensável para uma política eficaz de recrutamento.

- **Contribuições do Sr. Presidente do Instituto Nacional da Segurança Social**
  O convite ao Senhor Presidente do Instituto Nacional da Segurança Social foi motivado pela necessidade de compreender (a) se uma das causas da não aposentação voluntária estaria na diferença significativa entre o salário e a pensão de reforma, em desfavor desta e (b) a capacidade do sistema de Segurança Social de suportar o aumento repentino do número de pensionistas, com a entrada em vigor da lei

  Explicou, por um lado, como se processa o pagamento da pensão de reforma, para concluir que não há virtualmente nenhuma perda de remuneração quando o funcionário passa à reforma:

  Explicou que para as pensões de reforma são computados os anos de serviço desde 2002. (E não apenas a partir de 2017, que é o ano em que começaram as contribuições).
  Para esse período anterior a 2017 é aplicado o regime transitório, sendo o Estado a custear – através da Fundo de Reserva da Segurança Social -, porque nesse período ainda não havia contribuições. Para o período a partir da 2017 é aplicado o regime geral.

  Afirmou, por outro lado, que O INSS não tem objeções à proposta do Governo e que o sistema está em condições de suportar os encargos que advirão da entrada em vigor da lei.

  Apresentou um documento com explicação minuciosa do funcionamento do sistema de segurança social contributiva, a forma de cálculo da pensão de velhice (reforma). O documento vai em anexo a este Relatório.

VII. CONCLUSÕES

Das audiências públicas e da apreciação global da presente PPL n.º 11/VI (1.ª) na sua vertente competência material, jurídico-constitucional e regimental, se conclui que:

1. O Plano Estratégico da Comissão da Função Pública (CFP) – PECFP – 2015/2030 tinha reafirmado, anos atrás, que "a função pública está a envelhecer" - num universo global de 36,635 funcionários. A faixa etária dos funcionários em 31 de dezembro de 2016 variava entre os 20 a 82 anos de idade. A maioria dos funcionários, 51% (18.699), concentrava entre

as idades de 30 e 49 anos e 4,3% tinham mais de 60 anos", razão pela qual se justificava e se justifica, ainda hoje, tomar medidas de política com a brevidade possível.

2. O mesmo Plano da CFP afirmava em 2016 que cerca de 33,6% de funcionários públicos, permanentes e não permanentes, teriam atingido a idade da reforma nos próximos 5-15 anos (2020-2030), deixando 66,4% em funções.

3. Nos termos expostos na "Exposição de Motivos" a renovação de quadros na Administração Pública é uma medida essencial para assegurar a melhoria dos serviços prestados à população. Para o efeito, é necessário estabelecer mecanismos que permitam um rejuvenescimento dos profissionais da Administração Pública nacional que possibilitem trazer novas competências para o seio do funcionalismo público.

4. Quer, por isso, o Governo com esta autorização legislativa ser habilitado a aprovar um decreto-lei que integra a essência do objeto, sentido, extensão e duração, fixados neste pedido feito ao Parlamento Nacional.

5. Tirando os funcionários públicos, cuja opinião é desconhecida, parece haver um consenso para se fixar a idade de reforma obrigatória nos 65 anos de idade.

Com o benefício da análise feita pelos serviços técnicos e pela assessoria, a Comissão conclui, relativamente às disposições da Proposta de Lei, que:

6. O que, de facto, o Governo pretende é simultaneamente (a) aditar a idade ao lado das outras causas de cessação da relação de trabalho na AP e (b) fixar em concreto essa mesma idade. Assim, será necessário fazer refletir esta intenção no texto das disposições, pois não vemos como estando claro na PPL.

7. Estes ajustamentos implicarão a revisão da redação dos artigos 1.º, 2.º, e 3.º.

8. A matéria do artigo 4.º, não é uma norma revogatória desta PPL, mas sim uma autorização para o Governo legislar, razão pela qual deverá ser integrada no artigo 3.º, que trata da extensão da autorização legislativa

VIII – PARECER

1. A Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça é de parecer que a presente proposta de lei está em condições de ser submetida ao Plenário para discussão e aprovação.

2. É também parecer da Comissão que a Proposta de Lei deverá merecer votação favorável, pois não se verifica nenhuma causa em matéria dos princípios e sistema adotados no Projeto de Lei que pudesse ser invocada para conduzir à sua rejeição na votação na Generalidade, remetidas que serão as questões de especialidade para sede própria.

3. Não ficará prejudicada a futura apreciação crítica no escrutínio cláusula-a-cláusula, que se fará na "Discussão e Votação na Especialidade", em cuja ocasião serão ponderadas as críticas e sugestões técnico-jurídicas para a melhoria do texto da Proposta de Lei.

IX – APROVAÇÃO EM COMISSÃO

O presente RELATÓRIO E PARECER foi discutido e votado na Comissão na sua reunião ordinária do dia 2 de outubro de 2024, tendo sido aprovado com 9 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção.

X – POSIÇÃO SUMÁRIA DAS BANCADAS PARLAMENTARES

Não se registaram manifestações de posições das bancadas parlamentares.

Díli, 2 de outubro de 2024

O Relator,

Deputado Abílio Quintão

O Presidente da Comissão,

Deputado Patrocínio dos Reis

Títulu

Konseitu no Razaun Reforma Obrigatoriu

Autor

Komisaun Funsaun Públika (KFP)

Layout

Lorga dos Santos

Edisaun no direitus hosi autor

Komisaun Funsaun Públika

Edisaun dahuluk, Setembro 2024 ® Comissão da Função Pública

Tirazem

ezemplar 25

Kompozisaun no ninia remata

Sekretariadu KFP

Ezekusaun gráfika

Sylvia Print Shop

———

Komisaun Funsaun Públika

Avenida Mártires da Pátria, Dili – Timor-Leste

www.cfp.gov.tl

Konteúdu Sira

Tabela dados funsionáriu publiku ii
Figura dadus funsionáriu Publiku ii
1. Introdusaun 0
2. Dados funsionáriu sira ho idade envellesimentu 1
3. Vantagens no Desvantagens sira 4
4. Motivu ba Aplikasaun Reforma Obrigatoria 5
5. Razoens hodi introduz subsídio re-integrasaun 5
6. Kondisaun no Atribuisaun subsidiu reintegrasaun 6
6.1. Reforma obrigatória 6
6.2. Reforma Invalidez Absoluta: 6
6.3. Reforma Sobrevivênsia (Mate): 7
7. Formulariu Sira 7
5.1. Formuláriu 1: 7
5.1.1. Justifikasaun formuláriu 1: 8
5.2. Formuláriu 2: 8
5.2.1. Justifikasaun ba Formuláriu 2 9
5.3. Formulariu 3: 10
5.3.1. Justifikasaun formuláriu 3: 10
5.3.2. Exemplo aplikasaun formuláriu 3 10
5.3.3. Razoens aplika Kustu de vida 2 dólares 13
5.3.4. Funsionariu ho antiguidade menus de 1 ano 13

5.4. Define valor fixu: 13

Anexu ba Exemplo aplikasaun formulário 1 no 2 15

Tabela dados funsionáriu publiku

Tabela 1: Dadus funsionariu sira ne'ebe exerse kargo i xefia iha administrasaun publika..... 1
Tabela 2: Projesaun Dados idade envellesimentu funsaun publika 2025-2029..... 1
Tabela 3: Dados Klassifikasaun ba FP no AAP..... 2
Tabela 4: Dados FP no AAP ne'ebe atinji 60 anos ba leten iha tinan 2025..... 11
Tabela 5: Dados FP no AAP ne'ebe atinji 65 anos ba leten iha tinan 2025..... 12

Figura dadus funsionáriu Publiku

Figura 1: Dados Faixa etaria idade funsionáriu iha 2024 0
Figura 2: Dados projesaun idade envellesimentu husi tinan 2025 - 2029 2
Figura 3: Dados Diagnostiku tamanho forsa trabalho iha Timor-Leste 3
Figura 4: Projesaun dados ba idade funsionariu publiku iha 2029..... 3

1. Introdusaun

Até a data, Funsionáriu Públiku (FP) no Agente Adminstrasaun Publika (AAP) hapara relasaun servisu bazeia ba falesimentu, demisaun (wanhira simu pena), exonerasaun (iha nomeasaun lateral entry no remata kontratu), no resignasaun husi Funsionáriu Públiku. No até ohin loron, seidauk iha lejislasaun ruma ne'ebé determina funsionáriu sira hapara servisu ho baze ba idade.

Baze ba Rejime Seguransa Sosiál (Dekretu-Lei no. 17/2017, de 24 de maio) defini katak, funsionáriu ida bele submete rekerimentu ba apozentasaun (reforma) wanhira atinji ona idade 60 anos no tenki servisu ho kontribuisaun ba seguransa sosiál mínimu ho fulan 60 (tinan 5). Ho regime seguransa sosiál, até ohin loron funsionáriu sira ne'ebé submete rasik sira nia aposentasaun husi fulan setembro tinan 2012 to'o fulan setembro tinan 2024 ho total **1049** funsionáriu.

No tuir dados ne'ebé registu iha CFP, 37.924 funsionáriu ativa iha administrasaun publika Timor-Leste. Entre 37 mil i tal funsionáriu, sira ne'ebé atu tama ba idade envellesimentu >= 60 anos hamutuk 5345 funsionáriu. No mos sira ne'ebé assume kargo xefia hamutuk 4.638 funsionáriu ne'ebé ilustra iha tabela 1 ho faixa etária idade funsionáriu sira nian.

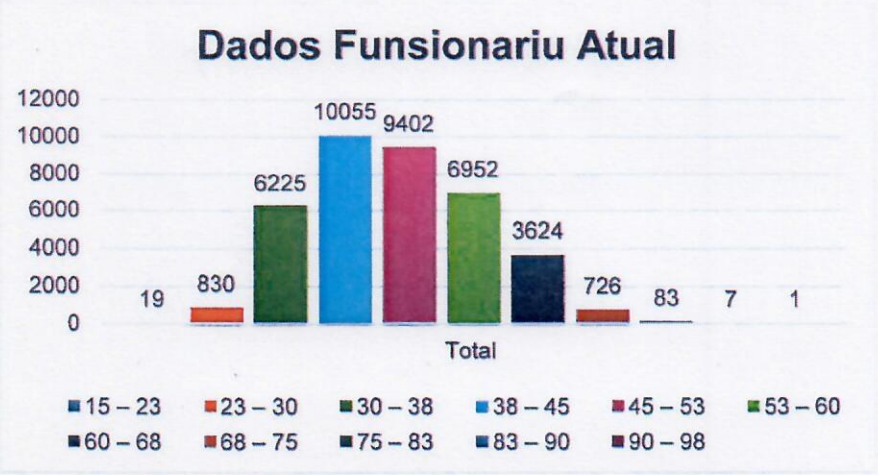


Figura 1: Dados Faixa etaria idade funsionáriu iha 2024

No figura 1, ilustra dados faixa etária idade funsionáriu sira ne'ebé presta servisu iha administrasaun publiku. Husi dados ne'e, nota katak faixa etária idade funsionáriu 40 anos ba leten ho proporsionalidade ida ne'ebe bo'ot liu kompra ho sira ne'ebé idade produtivo tambá

laiha diminuisaun ka renovasun ba funsionáriu públiku, hodi permite espasu ba rekrutamentu pessoal ho idade produtivu sira iha kontestu administrasaun publika.

Nune'e, reforma obrigatória ba funsionáriu públiku sira ne'ebe atinji ona idade maxima hanesan prioridade importante no urgente iha âmbito administrasaun publika Timor-Leste.

Ho implementasaun programa reforma obrigatória konstitui prinsipiu no objetivu hodi hadia efisiensia, efikasia no efetividade iha administrasaun publika, nune'e mos garante balansu em termos de idade funsionáriu sira ne'ebé presta servisu iha administrasaun publika.

Tabela 1: Dadus funsionariu sira ne'ebe assume kargo i xefia iha administrasaun publika

Grupo de Idade	Femenino	Masculino	Total
23 – 30	8	13	21
30 – 38	171	247	418
38 – 45	445	911	1356
45 – 53	329	1,126	1455
53 – 60	153	880	1033
60 – 68	36	290	326
68 – 75	4	24	28
75 – 83		1	1
Total geral	**1,146**	**3,492**	**4,638**

Dados ne'e hasai husi dashboard CFP iha 23/09/2024, 16:50:50

2. Dados funsionáriu sira ho idade envellesimentu

Baseia ba dados iha SIGAP-Foun, tinan 2025 total funsionáriu públiku no Agente Adminstrasaun Publika hamutuk 5345 mak tama ba idade 60 anos ba leten, no to'o iha tinan 2029, funsionáriu sira ho idade envelhesimentu iha 2029 sa'e ba 8756 funsionariu, bele hare projesaun idade funsionariu sira husi tinan 2025-2029 ne'ebe ho idade >= 60 iha tabela 2 no figura 2.

Tabela 2: Projesaun Dados idade envellesimentu funsaun publika 2025-2029

Idade	2025	2026	2027	2028	2029
60 anos	750	794	842	969	1284
61-64 anos	2360	2474	2792	3013	3323
65 anos ba leten	2235	2393	2869	3490	4149
Total	**5345**	**5661**	**6503**	**7472**	**8756**

Projesaun dadus idade envellesimentu funsionariu publiku sira, ne'ebe ilustra grafikamente hanesan iha figura 2:

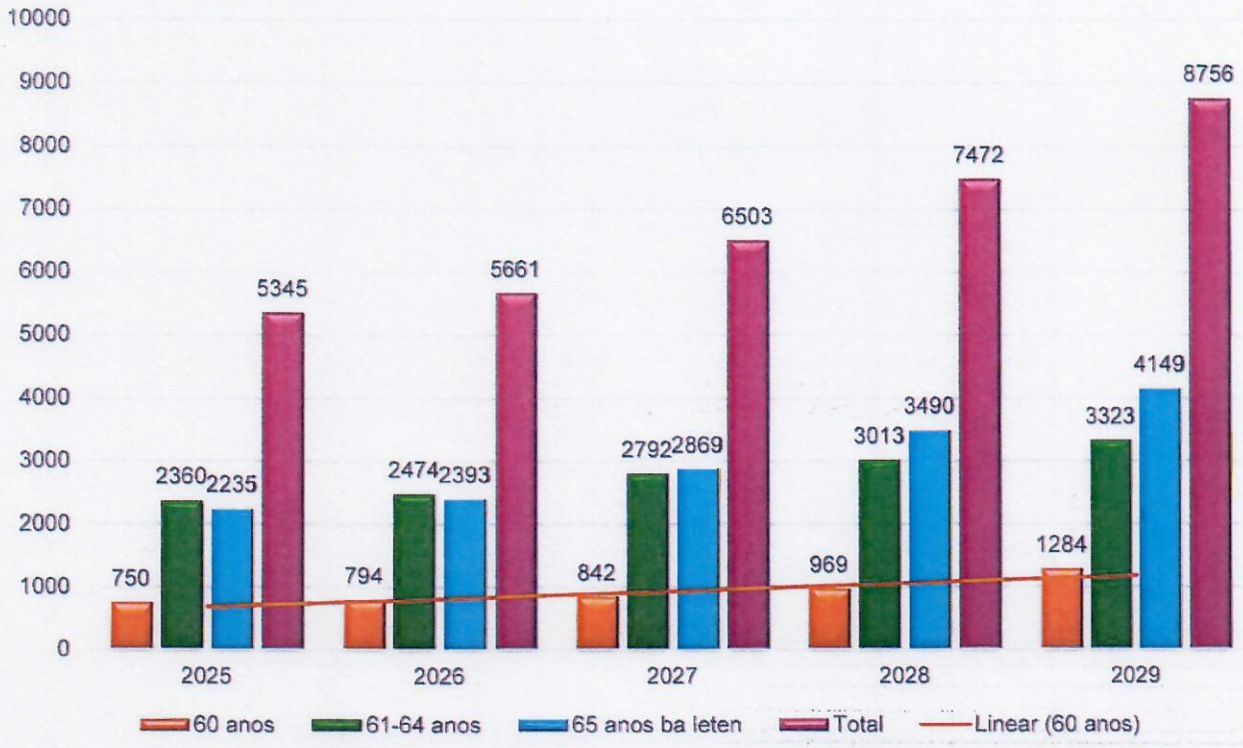


Figura 2: Dados projesaun idade envellesimentu husi tinan 2025 - 2029

Husi dados jeral ba funsionáriu sira ne'ebé ho idade envellesimentu iha tabela 2 no figura 2, tinan 2025 funsionáriu Publiku no Agente Administrasaun Aublika ne'ebé tama ba idade envellesimentu ho total 5345 funsionáriu. Nune'e, dados ne'e klasifika ba FP no AAP hanesan demonstra iha tabela 3.

Tabela 3: Dados Klassifikasaun idade maxima iha 2025 ba FP no AAP

Idade	FP	AAP	Total
	2025	2025	2025
60 anos	728	21	740
61-64 anos	2301	59	2360
>= 65 anos	2186	49	2235
Total	**5215**	**129**	**5345**

Dados husi resultado diagnostiku tinan 2024 ba forsa trabalho funsaun publika mak hanesan ilustra iha figura tuir mai ne'e:

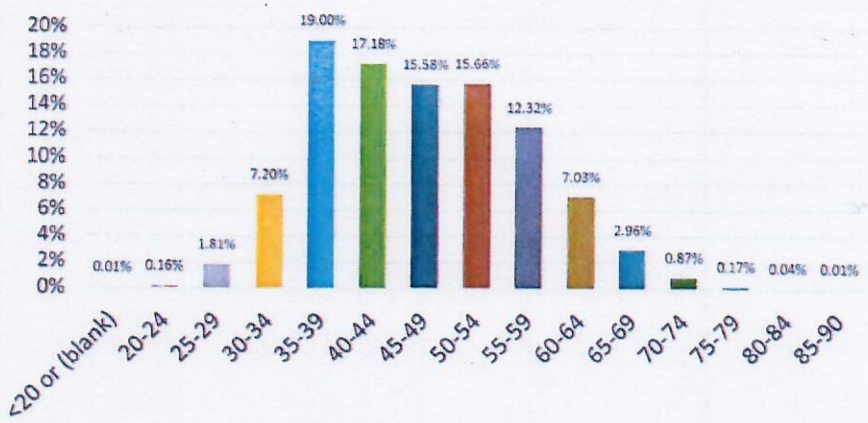


Figura 3: Dados Diagnostiku tamanho forsa trabalho iha Timor-Leste

Projesaun ba forsa traballu husi resultado diagnostiku tinan 2024 ba iha tinan 5 tuir mai, ou seja, iha tinan 2029, proporsaun idade forsa traballu iha administrasaun publika hanesan ilustra iha figura 3:

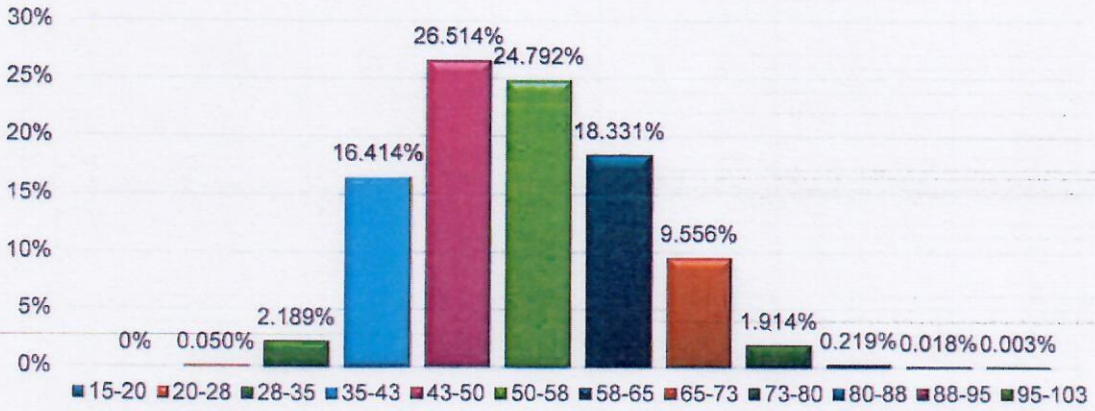


Figura 4: Projesaun dados ba idade funsionariu publiku iha 2029

Ho ilustrasaun dados iha figura 4, nota katak tinan 5 mai tan, ou seja, iha tinan 2029 administrasaun publika ninia funsinariu sira ho idade media 50 anos ba leten ne'ebe representa kuase 46% husi total, kompara ho 20% idade produtivu (20-40 anos) ne'ebe servisu iha administrasaun publika

3. Vantagens no Desvantagens sira

Ho dados sira demonstra iha tabela 1 no 2, no mos resultadu diagnostiku iha figura 2, nota katak, tinan 5 mai tan administrasaun publika Timor-Leste ho proporsaun idade envellesimentu sa'e makas. Nune'e, presiza implementa reforma obrigatória ba funsionáriu sira ne'ebé ho idade 60/65 anos ba leten ho vantagens sira tuir mai ne'e:

- **Aumenta Motivasaun**: Kuandu reforma atende nesessidade funsionáriu mais antigu bele aumenta satisfasaun no motivasaun iha servisu;
- **Transferênsia Konesimentu**: Funsionáriu mais atingu bele fo mentoria ba sira mais jovens, hodi fasilita troka esperensia no kuinesimentu;
- **Redusaun husi Turnover**: hadia kondisoens sira ba fusionáriu mais atigu sira hodi diminui rotatividade no ekonomiza kustu ba treinamentu;
- **Kultura Organizasional**: Kria ambiente inklusivu ida ba idade hotu-hotu hodi fortalese no promove diversidade iha administrasaun publika;
- **Hadia bem-estar**: Reforma, konsidera mos saúde no bem-estar funsionáriu sira nian hodi hadia produtividade no reduz absenteísmu;
- **Tranzisaun**: fo oportunidade ba jovens produtivu sira ne'ebe iha energia kapasidade, hanoin no perspektiva foun hodi dezenvolve administrasaun publika ne'ebe ágil liu tan liu husi inovasaun teknoligia ne'ebé existente.

Husi vantagen sira ba aplikasaun reforma obrigatória ho ninia subsídio reintregasaun nota mos ninia desvantagens sira hanesan tuir mai ne'e:

- **Kustu Finanseiru:** Ba aplikasaun primeira ba reforma obrgatoria ne'e rasik ho subsídio reintegrasaun bele representa kustu ka despeza foun ida ba Estado;
- **Memoria Instituisional:** Ho reforma obrigatória bele hamosu konsekuensia ruma iha kontestu memoria instituisional nian iha Administrasaun Publika;
- **Area servisu:** Area servisu relevante ne'ebé kuantu mais antigu esperensia barak no diak liu atu desempeña funsaun tuir kareira relevante;
- **Tempu Inkonveniensia:** reforma bele exigi tempo no planeamento ba exekusaun.

4. Motivu ba Aplikasaun Reforma Obrigatoria

IV mandatu CFP mai ho plano no prioridade ida ba implementesaun reforma obrigatoriu ba funsionáriu sira ne'ebé tama ona ba idade maxima ho motivu sira tuir mai ne'e:

1. **Renovasaun no dinamismu:** Funsionáriu jovén bele ho ideia foun, perspetiva no habilidade foun ba servisu públiku, promove inovasaun no adapta ba mudansa sosiál, teknolójiku no administrativu;
2. **Efisiensia no Produtividade:** Funsionariu ho idade joven normalmente iha energia no kapasidade hodi lidera servisu sira ho lalais, bele aumenta efisiensia no produtividade iha ambiente de traballu;
3. **Adaptasaun ba realidade foun:** ho avansu teknologia ohin loron nian, exige evolusaun konstantes ligadu ba evolusaun ka mosu teknologias foun sira iha ambiente traballu. Ho nune'e, funsionáriu ho idade joven familiariza no adapta lais ba mudansa teknologia ne'ebe iha;
4. **Equidade no oportunidade:** Fo espasu ka oportunidade ba funsionáriu joven sira bele promove no dezenvolve sira nia kareria iha administrasaun públika.
5. **Espektativa Vida Timor-Leste:** bazeia ba referensia husi index mundi no knoema Espektativa vida husi feto no mane iha Timor-Leste ho idade media 69 anos.

5. Razoens hodi introduz subsídio re-integrasaun

Atu implementa reforma obrigatória ba funsionáriu sira ho idade envellesimentu, presiza implementa ho atensaun no konsiderasaun di'ak. Tan ne'e, IV mandatu KFP propoin mekanizmu apropriadu hodi introdús apoiu ruma iha faze reintegrasaun hafoin funsionário sira tama iha reforma. Ho nune'e, atu assegura direitu ba funsionáriu ho justu ka reforma obrigatoria ba idade maxima ho digno, IV mandatu KFP propoin mekanizmu apropriadu hodi introdús apoiu ruma iha faze reintegrasaun hafoin funsionáriu sira tama iha reforma hanesan tuir mai ne'e:

- Funsionáriu sira nia kontribuisaun ba dezenvolvimentu iha administrasaun publika Timor-Leste;
- Aumenta motivasaun ba funsionáriu sira hodi hala'o servisu iha administrasaun publika;

- Nudar forma hodi atrai no retein pessoal ho esperensia, nível estudu no mérito, professional iha kontestu administrasaun publika;
- Hanesan mekanismu atu motiva funsionáriu sira hodi mantein sira nia vinkulu iha administrasaun publiku kuantu mais iha setor privadu.

6. Kondisaun no Atribuisaun subsidiu reintegrasaun

Atribuisaun ba subsídiu Reintegrasaun, KFP identifika tipu ba reforma sira hodi atribui subsídiu ne'e rasik hanesan tuir mai ne'e:

a. **Reforma obrigatória** aplika ba funsionáriu ne'ebé atinji ona idade maxima ne'ebe define;
b. **Invalidez absoluta** aplika ba eventualidade ne'ebé determina inkapasidade fisika no mental ne'ebé ho forma permanente;
c. **Sobrevivência (mate)** aplika ba enventual ne'ebé akontese hodi determina funsionáriu ninian destinu.

6.1. Reforma obrigatória

Subsídiu reintegrasaun ne'e rasik aplika ba reforma obrigatoria ba funsionáriu sira ne'ebe:

a. Atingi ona idade maxima ne'ebé define ona;
b. Tama ba idade ne'ebé define ona (55/60 anos), bele submete rekerimentu ba apozentasaun;
c. Atingi ona nia antiguidade 30/25 anos, husi nia termo de posse, iha direito submete requerimentu ba aposentasaun;

6.2. Reforma Invalidez Absoluta:

Ba reforma invalidez absoluta, aplika ba Funsionariu sira ne'ebé laiha ona kapasidade fisika no mentalmente hodi hala'o nia knaar servisu ho kondisuan sira hanesan tuir mai ne'e:

a. Funsionariu sira ne'ebé laiha ona kapasidade fisika, emosional no mentalmente hodi hala'o nia knaar servisu ho forma permanente;
b. Direitu ba tipu pensaun ida ne'e la hare ba idade benefisiariu sira nian;
c. Situasaun invalidez nian presiza komprava husi junta medika;
d. Junta medika presija emite husi médiku sira ne'ebé registadu iha Ministerio da Saúde tuir legislasaun sira ne'ebé aplika iha Timor-Leste;

e. Emissaun ba atestado médiku presiza ho baze exame médiku ba kanditadu benefisiariu nian;

6.3. Reforma Sobrevivênsia (Mate):

Tipu reforma ida ne'e, bainhira funsionáriu hala'o hela nia knaar servisu professional ka la professional mak nia mate ou deklara judisialmente funsionáriu mate ona. Nune'e, efeitu ba benefisiadu tipu reforma ida ne'e mak hanesan tuir mai ne'e:

a. Kaben (cônjuge) benefisiáriu nian;
b. Oan rasik no mos oan hakiak ne'ebé iha deklarasaun judisial nian;
c. Benefisiariu ne'ebé mate ho estatus klosan:
    i. Inan ou aman benefisiáriu nian;
    ii. Feton ou maun ka alin benefisiairiu nian.

Ho klassifikasaun tipu reforma 3 ne'e, ekipa KFP liu husi workshop no estudu komparativu sira ne'ebé halo iha KFP, hamosu proposta fórmulariu nesesáriu atu asegura implementasaun apoiu ba reintegrasaun refere. Mekanismu ba subsidiu reintegrasaun ne'e rasik, ekipa KFP hamusu formulariu balun ne'ebé presiza hare hamutuk ho **Ministério Finansa, INSS no instituisaun relevantes sira** hodi avansa ho formuláriu ka valor fixu ida ne'ebé apropriadu ba iha aplikasaun mekanismu subsídiu reintegrasaun ba funsionáriu publika sira ne'ebé atingi ona idade maxima.

7. Formulariu Sira

Formulariu sira ne'ebe introduz iha dokumentu ne'e, liu husi diskusaun workshop internal ne'ebe KFP realiza iha Maubisse no Maliana hamosu proposta formuláriu 3 ho ninia razaun ka justifikasaun ba formuláriu sira ne'e rasik. Nune'e, formuláriu sira ne'ebe hamosu husi Ekipa KFP nian liu husi diskusaun sira mak hanesan tuir mai ne'e:

5.1. Formuláriu 1:

EFG = CV/2 * 365 * a + sb * 10% * TM

D = CV/2 * 365 * a + sb * 9% * TM

C = CV/2 * 365 * a + sb * 8% * TM

B = CV/2 * 365 * a + sb * 7% * TM

A = CV/2 * 365 * a + sb * 6% * TM

TR = E + D + C + B + A

Iha ne'ebe:

Categoria Grau = A, B, C, D, E, F, G e H

CV = Custo de Vida

Dias do Ano = 365

a = Antiguidade em anos

SB = Salário Baze

TM = Total Meses

TR = Total Reintegrasaun

5.1.1. Justifikasaun formuláriu 1:

Formulariu ida ne'e, analiza pursentagem bazeia ba Regime Geral de Carreira, no ba regime espesiais sira, presiza halo estudu no diskusaun klean liu tan hodi define **%** tuir regime espesial ida-ida. Tamba, regime espesial sira ne'ebé existe iha administrasaun publika maioria sira nia vensimentu bo'ot liu regime geral de carreira.

Alem ida ne'e, homosu kustu de vida, ho razaun kuandu iha futuru benefisiariu sira hetan reintegrasaun bazeia ba kustu de vida ne'ebe sira atu ba reforma (kustu de vida varia ba tinan ne'ebé funsionáriu sira reforma, Exemplo 2024 kustu de vida diário kona 2 dolares, no iha tinan 2025 kustu de vida diário bele sa'e ba 3 dolares ou bele mos tun ba 1 dollar).

Antiguidade ba kada kategoria ne'ebé benefisiariu sira iha, aplikasaun 10% ba kategoria sira ne'ebe ki'ik, nune'e kuandu funsionáriu ho nia kategoria bo'ot ninia pursentagem sei ki'ik no kuantu mais funsionáriu ho kategoria ki'it nia pursentagem bo'ot. No ikus liu total fulan ne'ebé define hodi selu/aplika subsidiu reintegrasaun ne'ebé atu foo ba benefisiariu reformadu sira.

5.2. Formuláriu 2:

TR = Salário Base x 24 meses

5.2.1. Justifikasaun ba Formulário 2

CFP hamosu segundo formulário, ho baze ba referensia husi formulario ne'ebé aplika ona iha PNTL. No husi perspektiva téknika sira nian, formuláriu ida ne'e ladun eficaz ba aplikasaun subsídiu re-intergrasaun ho razaun sira hanesan tuir mai ne'e:

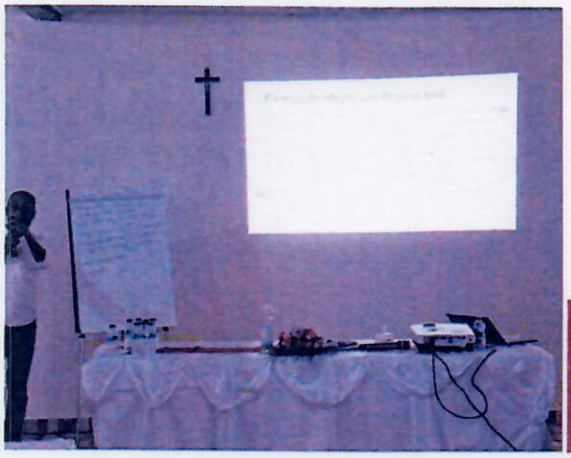
- Sei fo vantagen ba **regime espesiais** sira, tambá regime espesiais sira ninia vensimentu ka salário baze bo'ot liu regime geral de karreiras;
- Vantagen ba funsionáriu sira ne'ebe ho kategoria **Grau Bo'ot**;
- Funsionariu sira ne'ebé ho kategoria ki'ik ninia subsídiu re-integrasaun mos ki'ik. Katak, fusinariu sira ne'ebe normalmente kategoria bo'ot, sira ne'e mak sei ba hetan privilégiu diak ba iha subsidiu ne'e rasik.



Diskusaun konaba konseitu ba reforma obrigatoriu iha Maubisse, 23/01/2024



Ekipa define primeira proposta ba formulario hodi introduz subsidiu reintegrasaun, 23/01/2024



Apresentasaun proposta formulario ba introdusaun subsidiu reintegrasaun iha Maubisse, 23/01/2024

5.3. Formulariu 3:

TR = CV * A * TDA

Iha ne'ebe:

CV: Custo de Vida

A: Antiguidade

TDA: Total dias do Ano da aplicação SR

TR: Total reintegração

5.3.1. Justifikasaun formuláriu 3:

Formulario ida ne'e, ekipa hamosu bazeia ba formulário 1, hodi bele akumula hotu regime espesial sira no sistema kareira foun ne'ebé mosu ka introduz iha futuru. Nune'e, formulário ida ne'e, mai ho **kustu de vida** ho razaun kuandu iha futuru benefisiariu sira hetan reintegrasaun bazeia ba kustu de vida ne'ebé sira atu ba reforma (Kustu de vida varia ba tinan ne'ebé funsionáriu sira reforma, Exemplo 2024 kustu de vida diário kona 2 dolares, no iha tinan 2025 kustu de vida diário bele sa'e ba 3 dolares ou bele mos tun ba 1 dollar).

Antiguidade funsionáriu ninian ne'ebe durante ne'e funsionáriu hala'o nia kna'ar iha funsaun publika. Nune'e, antiguidade aplika husi funsionáriu hahu simu tomada de posse sai nudar funsionáriu publiku no período de servisu ativu husi funsionáriu nia. No durante funsionáriu hala'o nia knaar servisu maka, funsionaáiu husu lisensa Espesial Sem Vencimento, Licensa Sem Vencimento no mos tipo de licensa seluk ne'ebe ho karater SEM VENCIMENTO, sei la konta ba nia antiguidade, ou seja, laiha efeitu ba antiguidade.

No ikus liu, 365 dias hanesan total loron ba Tinan ida, ne'ebé atu selu subsídiu re-integrasaun ba funsionáriu ne'ebe ba reforma.

5.3.2. Exemplo aplikasaun formuláriu 3

1. **Exemplo 1:** Analize ba dados Funsionáriu Publiku no Agente Administrasaun Publika ne'ebé atinji idade >= 60 anos hodi halo estimasaun osan ba aplikasaun Subsídio Reintegrasaun (SR) ba funsionáriu sira mak hanesan iha tabela 4.

Tabela 4: Dados FP no AAP ne'ebe atinji 60 anos ba leten iha tinan 2025

formulário: TR = A* CV * TDA												
Idade						Total	Antig. em Anos	CV	TDA	TR	TF	TR por Antig.
60	61	62	63	64	65							
0	0	0	1	0	0	1	1	$2.00	365	$ 730.00	1	$ 730.00
3	0	2	1	0	1	7	2	$2.00	365	$ 1,460.00	7	$ 10,220.00
3	2	1	0	0	5	11	3	$2.00	365	$ 2,190.00	11	$ 24,090.00
8	4	2	4	3	5	26	4	$2.00	365	$ 2,920.00	26	$ 75,920.00
0	0	0	0	0	1	1	5	$2.00	365	$ 3,650.00	1	$ 3,650.00
2	0	1	2	1	0	6	6	$2.00	365	$ 4,380.00	6	$ 26,280.00
0	0	0	0	0	0	0	7	$2.00	365	$ 5,110.00	0	$ -
0	0	0	1	1	4	6	8	$2.00	365	$ 5,840.00	6	$ 35,040.00
1	3	0	0	0	2	6	9	$2.00	365	$ 6,570.00	6	$ 39,420.00
1	1	1	2	0	4	9	10	$2.00	365	$ 7,300.00	9	$ 65,700.00
29	31	32	37	22	86	237	11	$2.00	365	$ 8,030.00	237	$ 1,903,110.00
5	3	6	3	2	2	21	12	$2.00	365	$ 8,760.00	21	$ 183,960.00
5	9	7	7	9	13	50	13	$2.00	365	$ 9,490.00	50	$ 474,500.00
7	13	2	4	6	13	45	14	$2.00	365	$ 10,220.00	45	$ 459,900.00
9	6	6	8	9	24	62	15	$2.00	365	$ 10,950.00	62	$ 678,900.00
404	389	355	285	188	1188	2809	16	$2.00	365	$ 11,680.00	2809	$ 32,809,120.00
59	50	42	50	35	197	433	17	$2.00	365	$ 12,410.00	433	$ 5,373,530.00
24	16	15	18	11	60	144	18	$2.00	365	$ 13,140.00	144	$ 1,892,160.00
53	48	53	40	34	219	447	19	$2.00	365	$ 13,870.00	447	$ 6,199,890.00
8	9	7	11	4	23	62	20	$2.00	365	$ 14,600.00	62	$ 905,200.00
20	20	25	25	19	68	177	21	$2.00	365	$ 15,330.00	177	$ 2,713,410.00
20	15	17	7	6	34	99	22	$2.00	365	$ 16,060.00	99	$ 1,589,940.00
11	12	18	14	5	59	119	23	$2.00	365	$ 16,790.00	119	$ 1,998,010.00
38	44	36	45	32	141	336	24	$2.00	365	$ 17,520.00	336	$ 5,886,720.00
39	37	32	17	20	86	231	25	$2.00	365	$ 18,250.00	231	$ 4,215,750.00
749	**712**	**660**	**582**	**407**	**2235**	**5345**		**Total**		**$ 237,250.00**	**5345**	**$ 67,565,150.00**

Ho analize ba dados funsionáriu sira ne'ebé atingi idade >= 60 anos iha 2025, nota katak governo presija tau osan iha 2025 ho montante **67,565,150.00** dólares amerikanu hodi selu funsionáriu sira ne'ebé ba reforma.

2. **Exemplo 2:** halo analize ba dados Funsionáriu Publiku no Agente Administrasaun Publika ne'ebe atingui idade >= 65 anos iha 2025 hodi halo estimasaun osan ba aplikasaun Subsídio Reintegrasaun (SR) ba funsionáriu sira mak hanesan iha tabela tuir mai ne'e:

Tabela 5: Dados FP no AAP ne'ebe atinji 65 anos ba leten iha tinan 2025

Formulário: TR = A* CV * TDA					
Antig. em Anos	**CV**	**TDA**	**TR**	**Total Funcionário**	**TR por Antig.**
1	$2.00	365	$ 730.00	0	$ -
2	$2.00	365	$ 1,460.00	1	$ 1,460.00
3	$2.00	365	$ 2,190.00	5	$ 10,950.00
4	$2.00	365	$ 2,920.00	5	$ 14,600.00
5	$2.00	365	$ 3,650.00	1	$ 3,650.00
6	$2.00	365	$ 4,380.00	0	$ -
7	$2.00	365	$ 5,110.00	0	$ -
8	$2.00	365	$ 5,840.00	4	$ 23,360.00
9	$2.00	365	$ 6,570.00	2	$ 13,140.00
10	$2.00	365	$ 7,300.00	4	$ 29,200.00
11	$2.00	365	$ 8,030.00	86	$ 690,580.00
12	$2.00	365	$ 8,760.00	2	$ 17,520.00
13	$2.00	365	$ 9,490.00	13	$ 123,370.00
14	$2.00	365	$ 10,220.00	13	$ 132,860.00
15	$2.00	365	$ 10,950.00	24	$ 262,800.00
16	$2.00	365	$ 11,680.00	1188	$ 13,875,840.00
17	$2.00	365	$ 12,410.00	197	$ 2,444,770.00
18	$2.00	365	$ 13,140.00	60	$ 788,400.00
19	$2.00	365	$ 13,870.00	219	$ 3,037,530.00
20	$2.00	365	$ 14,600.00	23	$ 335,800.00
21	$2.00	365	$ 15,330.00	68	$ 1,042,440.00
22	$2.00	365	$ 16,060.00	34	$ 546,040.00
23	$2.00	365	$ 16,790.00	59	$ 990,610.00
24	$2.00	365	$ 17,520.00	141	$ 2,470,320.00
25	$2.00	365	$ 18,250.00	86	$ 1,569,500.00
Total				**2235**	**$ 28,424,740.00**

Se governo deside aplika reforma obrigatória ba idade >= 65 anos no introduz subsídio re-integrasaun ne'ebé define ho nia formuláriu ne'e, maka governo presija tau osan iha 2025 ho montante **28,424,740.00** dólares amerikanu hodi selu funsionáriu sira ne'ebé ba reforma.

5.3.3. Razoens aplika Kustu de vida 2 dólares

Exemplo aplikasaun kusto de vida define ho valor 2 dolares, ekipa foti referensia ne'ebe agora governo aplika ba idosos sira. Nune'e, kustu de vida ho valor ida ne'e laos valor fixu, maibe nia sei iha mudansa tuir kustu de vida kada tinan ne'ebe iha.

5.3.4. Funsionariu ho antiguidade menus de 1 ano

Fomulario 3, equipa hamosu hodi selu SR bazeia ba antiguidade funsionáriu sira em anos, katak aplika ba funsionáriu sira ne'ebé ba reforma no ninia kontribuisaun ka sai nudar funsionáriu fublika tinan 1 ba leten, no ba funsionáriu publiku sira ne'ebé nia antiguidade menus husi tinan ida mak eventual indesejadu sira hanesan mate ka invalidez absoluta, bele aplika nafatin formulário SR ida ne'ebe define iha formulário 3. Maibe, nia antiguidade presiza hare ka sura Total Meses de Trabalho/Antiguidade em Anos x CV x TDA. Kazu funsionáriu sira ne'ebé exerse nia funsaun menus husi fulan ida bele konsidera hanesan fulan ida, nune'e mos ba fulan 2, 3 nst ne'ebe la kompletu.

Exemplo: Funsionáriu ida, hahu nia trazetoria iha instituisaun A iha dia 5 fulan fevereiro 2024, maibe iha dia 10 fulan maio 2024, Funsionáriu ne'e hetan assidente iha dalan ba servisu no nia la registe iha assidente ne'e. Nune'e, Funsionáriu ne'e nia familia iha direitu ba subsídiu reintegrasaun ba funcionário ne'e hira?

TMT = 4 meses
A = 12 meses
CV = 2
TDA =365

Entaun:

TR = TMT/A * CV * TDA

TR = 4/12 * 2 * 365

TR = 0,33 * 730

TR = 240,90 USD

5.4. Define valor fixu:

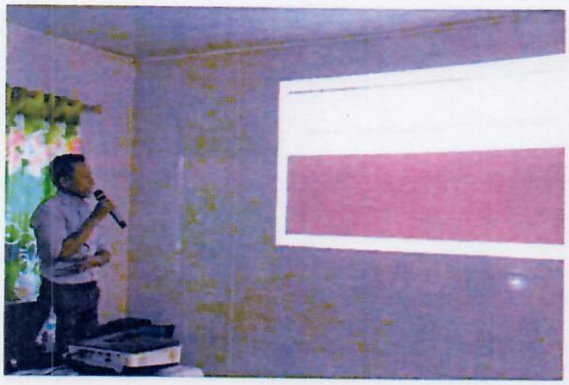
Husi formulário ne'ebé define husi ekipa KFP iha efeitu makas ligadu ba finanseira, maka KFP propoin define valor fixu ida ba funsionáriu sira ne'ebé atu ba reforma. Valor fixu ne'e KFP hakarak propoin ho motante 15000 dolares amerikanu por pessoa ho razaun hanesan tuir mai ne'e:

- Hodi valoriza sira nia kontribuisaun ba desenvolvimentu iha administrasaun publika Timor-Leste;
- Razaun hodi sustenta funsionáriu nia vida iha período ka durante nia reforma.

Nune'e, funsionáriu sira ne'ebé sei ba reforma iha tinan 2025 ho idade >= 60 anos hamutuk 5344 funsionariu. Nune'e, **15000 * 5345 = 80,175,000 dolar amerikanu**. Se kuandu, la aprova ho valor ida ne'e ho motivu finanseira ne'ebe bo'ot, KFP pronto tur hamutuk ho instituisaun relevante sira hanesan Ministerio Finansa, INSS no mos instituisaun relevante sira hodi rona sira nian hanoin no mos halo diskusaun ho sira hodi define valor fixu ida ne'ebé ideal ba implementa subsídio reintegrasaun ne'e rasik ho diak tuir hotu-hotu nia perspektiva.









Finalizasaun ba Konseitu reforma obrigatoriu Funsionariu Publiku iha Maliana, 18-21, Junho 2024

Anexu ba Exemplo aplikasaun formulário 1 no 2

Exemplo aplicação para o formulário 1 e 2 propostos da CFP para ver a diferença do orçamento na aplicação. Lembrado que, o subsídio de reintegração para os funcionário com a duração de 24 meses.

1. Supondo que, um funcionário começou a trabalhar na função publica de Timor-Leste como **Assistente administrativo** grau **F** em 2009, e vai reformar em 2025 com grau **B** do **primeiro escalão**. Quanto ele ganhara o subsídio de Reintegração utilizando os formulários propostos da CFP?
   a. **FORMULÁRIO 1**
      - Considerando que Custo de Vida = 2 dólares
      - Antiguidade grau F = 4
      - Antiguidade grau E = 4
      - Antiguidade grau D = 4
      - Antiguidade grau C = 4
      - Antiguidade grau B = 4
      - Total Meses de Reintegração= 24

F = CV/2 * 365 * a + sb * 10% * TM
F = 2/2 * 365 * 4 + 204 * 0.1 * 24
F = 1 * 365 * 4 + 489.60
F = 1460 + 489.60
F = 1949.60 dólares

E = CV/2 * 365 * a + sb * 10% * TM
E = 2/2 * 365 * 4 + 244 * 0.1 * 24
E = 1 * 365 * 4 + 585.60
E = 1460 + 585.60
E = 2,045.6 dólares

D = CV/2 * 365 * a + sb * 9% * TM
D = 2/2 * 365 * 4 + 324 * 0.09 * 24
D = 1 * 365 * 4 + 699.84
D = 1460 + 699.84
D = 2,159.84 dólares

C = CV/2 * 365 * a + sb * 8% * TM
C = 2/2 * 365 * 4 + 409 * 0.08 * 24
C = 1 * 365 * 4 + 785.28
C = 1460 + 785.28
C = 2,245.28 dólares

C = CV/2 * 365 * a + sb * 7% * TM
C = 2/2 * 365 * 4 + 430 * 0.07 * 24
C = 1 * 365 * 4 + 722.4
C = 1460 + 722.4
C = 2,182.4 dólares

TR = F + E + D + C + B
TR = 1949.60 + 2,045.6 + 2,159.84 + 2,245.28 + 2,182.4
TR = 10582.72 doalres

Se aplica ao <= 60 anos em 2025, então **10582.72 * 5345 = 56,564,638.40 dólares**

Se aplica ao <= 65 anos em 2025, então **10582.72 * 2235 = 23,652,379.2 dólares**

b. FORMULÁRIO 2
TR = SB * TM
Salário base do regime Geral Grau B com escalão 1

Ita supos deit katak, funcionário sira nebe ba reforma iha 2025, media salário base ba funcionário sira ho regime geral **606 dolares.** Total funcionário ba reforma iha tinan 2025 ho idade 60 ba leten hamutuk 5345.

Entaun:

TR = 606 x 24 = **14,544 dolares por funcionário**

Se aplica ao <= 60 anos em 2025, entaun 14.544 x 5345 = **77.737.680 dolares**

Se aplica ao <= 65 anos em 2025, entaun 14.544 x 2235 = **32,505,840dolares**

2. Um funcionário ingressou na função publica em 2009 como Técnico Administrativa **(Grau C),** durante a sua trajetória na função publica, ele sempre obteve avaliação muito bom. Assim, ele vai reformar em 2025 como técnico Superior **grau A** do primeiro **escalão**. Qual o valor de subsídio de Reintegração ele ira ganhar? Lembrando que, utiliza três formulários propostos da CFP.

a. **Formulário 1**

Considerando a categoria de grau com seguinte:
2009 – 2014 = Grau C -> 5 anos
2014 – 2020 = Grau B -> 6 anos
2020 – 2025 = Grau A -> 5 anos
CV = 2

C = CV/2 * 365 * a + sb * 8% * TM
C = 2/2 * 365 * 5 + 343 * 0.08 * 24
C = 1825 + 658.56
C = 2,483.56 dólares

B = CV/2 * 365 * a + sb * 7% * TM
B = 2/2 * 365 * 6 + 430 * 0.07 * 24
B = 2,190 + 722.40
B = 2,912.40 dólares

A = CV/2 * 365 * a + sb * 6% * TM
A = 2/2 * 365 * 5 + 571 * 0.06 * 24
A = 1,825 + 822.24
A = 2,647.24 dólares

TR = C + B + A
TR = 2,483.56 + 2,912.40 + 2647.24
TR = 8,043.20 dólares

Se aplica ao <= 60 anos em 2025, então **8043.20 * 4797 = 38,583,230.4 dólares**

Se aplica ao <= 65 anos em 2025, então **8,043.20 * 1906 = 15,330,339.2 dólares**

b. **Formulário 2**

TR = SB * TM
TR = 571 * 24 = 13,704 dólares

Se aplica ao <= 60 anos em 2025, então **13,704 * 4797 = 65,738,088 dólares**
Se aplica ao <= 65 anos em 2025, então **13,704 * 1906 = 26,119,824 dólares**

3. Uma Professora de terceiro ciclo do ensino básico vai reformar em 2025 como **professor Sénior** do terceiro escalão. Lembrando que este professor ingressou na função publica em 2002. Qual o valor subsídio de Reintegração ele ganhara em sua reforma?
   a. Formulário 1

   Qual será a fórmula?

   b. Segundo Formulário

   TR = SB * TM

   TR = 510 * 24 = 12,240 dólares

4. Um funcionário ingressou na função publica em 2009 como técnico profissional **Grau D** em Comissão Função Publica, e em 2017 ele está promovido para **gau B escalão 1.** Mas, em 2018 ele passou o concurso de **Técnico Superior Parlamentar** com categoria **Técnico Superior Parlamentar Principal da primeira escalão em**. Supondo que, este funcionário ira reformara em 2025 como **Técnico Superior Parlamentar Principal do último Escalão**. Qual o valor de subsídio de reintegração ele ganhara em sua reforma obrigatório? Lembrando que, utilize os três formulários propostos da função publica.
   a. Formulário 1

   Qual será a percentagem da fórmula?

   b. Segundo Formulário

   TR = SB * TM

   TR = 910 * 24 = 21. 840 dólares

DECRETO-LEI N.º 17/2017

de 24 de Maio

APROVA O REGIME JURÍDICO DAS PENSÕES DE INVALIDEZ E VELHICE NO ÂMBITO DO REGIME CONTRIBUTIVO DE SEGURANÇA SOCIAL

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste consagra, no seu artigo 56º, o direito de todos os cidadãos à segurança social e à assistência social.

Desde 2008, o Governo tem vindo a aprovar e desenvolver, progressivamente, um conjunto de programas e medidas de proteção social, visando a realização daquele direito constitucional. Assim, através do Decreto-Lei n.º 19/2008, de 19 de Junho, foi criado o Subsídio de Apoio a Idosos e Inválidos, que constitui a primeira medida de segurança social de cidadania, e, posteriormente, através da Lei n.º6/2012, de 29 de Fevereiro, foi criado o regime transitório de segurança social na velhice, invalidez e morte para trabalhadores do Estado.

Mais recentemente, através da Lei n.º12/2016, de 14 de Novembro, o Parlamento Nacional aprovou a criação do regime contributivo de Segurança Social, que se carateriza por ser um regime único e para todos, integrando os beneficiários do regime transitório, obrigatório, autofinanciado, com independência financeira em relação ao orçamento do Estado, gerido tedencialmente em repartição, incluindo igualmente uma componente de capitalização pública de estabilização, e assente, entre outros, em princípios de solidariedade intra e inter geracionais.

A criação do novo regime contributivo de segurança social permite associar direitos a deveres, numa plena construção da cidadania, e confere proteção social nas eventualidades de acidente de trabalho, maternidade, paternidade e adoção, invalidez, velhice e morte, sob a condição geral de cumprimento das obrigações contributivas.

As eventualidades a que se refere este diploma dizem respeito a situações em que o beneficiário deixa de trabalhar por ter atingido a idade mínima legalmente fixada para o efeito (no caso da velhice) e a situações incapacitantes de causa profissional ou não profissional que determinam incapacidade permanente para o trabalho (no caso da invalidez). Em ambos os casos, a segurança social substitui o rendimento do trabalho.

Com o presente diploma procede-se à regulamentação do regime jurídico de proteção nas eventualidades invalidez e velhice, no âmbito do regime contributivo de segurança social. Trata-se, por isso, de definir os titulares dos direitos, estabelecer as condições de atribuição e determinar os montantes, as regras de processamento e administração e a duração das prestações, bem como definir as condições de acumulação das mesmas com outros benefícios sociais e com rendimentos do trabalho.

Assim, o Governo decreta, nos termos do artigo 69º da Lei nº12/2016, de 14 de Novembro, e ao abrigo das alíneas a) e j) do n.º 1 do artigo 115.º e da alínea d) do artigo 116º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Capítulo I
Princípios fundamentais

Secção I
Objeto, natureza, âmbito e titularidade das prestações

Artigo 1.º
Objeto

1. O presente decreto-lei define e regulamenta o regime jurídico de proteção nas eventualidades invalidez e velhice do regime contributivo de segurança social, adiante designado por regime geral.

2. A proteção prevista no presente decreto-lei tem por objetivo compensar a perda de remunerações de trabalho motivada pela ocorrência das eventualidades referidas no número anterior.

Artigo 2.º
Caraterização das eventualidades

1. Integra a eventualidade invalidez toda a situação incapacitante de causa profissional ou não profissional determinante de incapacidade física, sensorial ou mental de forma permanente para o trabalho.

2. Integra a eventualidade velhice a situação em que o beneficiário tenha atingido a idade mínima legalmente fixada como adequada para a cessação do exercício da atividade profissional.

3. Para efeitos do disposto no n.º 1, considera-se situação incapacitante de causa profissional a que resulta de acidente de trabalho ou de doença profissional.

Artigo 3.º
Âmbito pessoal

Integram o âmbito pessoal do presente decreto-lei os beneficiários do regime geral e todos os outros que facultativamente adiram a este regime, nos termos da Lei que cria o Regime Contributivo de Segurança Social.

Artigo 4.º
Âmbito material

A proteção nas eventualidades invalidez e velhice é assegurada através da atribuição de prestações pecuniárias mensais, denominadas pensão de invalidez e pensão de velhice.

Artigo 5.º
Titularidade das prestações

São titulares do direito às prestações os beneficiários que integrem o âmbito pessoal do regime geral e satisfaçam as respetivas condições de atribuição.

Secção II
Regime da responsabilidade civil de terceiro na proteção na invalidez

Artigo 6.º
Responsabilidade civil de terceiro

1. Nas situações de presunção de responsabilidade civil de terceiro pelo facto determinante da incapacidade que fundamenta a atribuição da pensão de invalidez, há lugar ao pagamento provisório das respetivas prestações.

2. Após a determinação da responsabilidade civil de terceiro pelo facto determinante da incapacidade que fundamenta a atribuição da pensão de invalidez, cessa o pagamento das respetivas prestações.

Artigo 7.º
Direito ao reembolso das pensões pagas

Existindo responsabilidade civil de terceiro pelo facto determinante da incapacidade que fundamenta a atribuição da pensão de invalidez, a instituição gestora da segurança social tem direito ao reembolso das prestações pagas ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 8.º
Não pagamento da indemnização por falta de bens penhoráveis

Nos casos em que, por falta de bens penhoráveis, o beneficiário não possa obter do responsável o valor da indemnização devida, não há lugar à aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 7.º.

Artigo 9.º
Celebração de acordos

1. Nos casos em que o pedido de reembolso do valor das pensões não tiver sido judicialmente formulado pela instituição gestora da segurança social, nenhuma transação pode ser celebrada com o beneficiário titular do direito à indemnização nem pode ser-lhe efetuado qualquer pagamento com a mesma finalidade sem que se encontre certificado, pela mesma instituição, o pagamento de pensões e o respetivo montante.

2. Havendo acordo, o responsável pela indemnização deve:

   a) Comunicar à instituição gestora da segurança social o valor total da indemnização devida;

   b) Reter e pagar diretamente à instituição gestora da segurança social o valor correspondente ao das pensões pagas, até ao limite do montante da indemnização.

3. Em caso de incumprimento do disposto nos números anteriores, o terceiro responsável pela indemnização responde solidariamente com o beneficiário pelo reembolso do valor das pensões pagas a este.

Capítulo II
Condições de atribuição das prestações

Secção I
Condições comuns

Artigo 10.º
Condições comuns

1. O reconhecimento do direito às pensões de invalidez e de velhice depende do preenchimento do prazo de garantia e de apresentação de requerimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. Não é reconhecido o direito a pensão de invalidez aos beneficiários que reúnam as condições de atribuição da pensão de velhice nem aos que já sejam titulares da mesma.

Artigo 11.º
Totalização de períodos contributivos

1. Os prazos de garantia podem ser preenchidos por recurso à totalização de períodos contributivos verificados noutros regimes de proteção social na parte em que não se sobreponham.

2. Para efeitos do número anterior, consideram-se outros regimes, nomeadamente, o regime transitório de segurança social na velhice, invalidez e morte para os trabalhadores do Estado e os regimes dos sistemas de segurança social estrangeiros, de acordo com o disposto em instrumentos internacionais, desde que confiram proteção nas eventualidades invalidez e velhice.

Secção II
Condições específicas

Subsecção I
Condições específicas da invalidez

Artigo 12.º
Tipos de invalidez

Para efeitos da proteção prevista no presente decreto-lei, a invalidez pode ser relativa ou absoluta, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 13.º
Invalidez relativa

1. Considera-se em situação de invalidez relativa o beneficiário que, em consequência de incapacidade permanente, não possa auferir na sua profissão mais de um terço da remuneração correspondente ao seu exercício normal.

2. A incapacidade para o trabalho é permanente quando seja de presumir que o beneficiário não recupera, dentro dos três anos subsequentes, a capacidade de auferir no desempenho da sua profissão mais de 50% da retribuição correspondente.

3. A incapacidade referida no número anterior reporta-se ao

exercício da última profissão desempenhada pelo beneficiário no âmbito do regime geral.

4. Se, à data do requerimento da pensão, o beneficiário exercer, simultaneamente, mais de uma profissão abrangida pelo regime geral, a invalidez só lhe é reconhecida se a redução de capacidade de ganho prevista se reportar à profissão com remuneração mais elevada.

Artigo 14.º
Invalidez absoluta

1. Considera-se em situação de invalidez absoluta o beneficiário que se encontre numa situação de incapacidade permanente e definitiva para toda e qualquer profissão ou trabalho.

2. A situação de incapacidade considera-se permanente e definitiva quando o beneficiário não apresenta capacidades de ganho remanescentes nem seja de presumir que o beneficiário venha a recuperar, até à idade legal de acesso à pensão de velhice, a capacidade de auferir quaisquer meios de subsistência.

Artigo 15.º
Prazo de garantia

1. O reconhecimento do direito à pensão de invalidez depende do preenchimento de prazo de garantia e de apresentação de requerimento.

2. O prazo de garantia para atribuição da pensão de invalidez em 2017 é de 12 meses, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações em nome do beneficiário.

3. O prazo de garantia para atribuição da pensão de invalidez a partir do ano de 2018 é progressivo, com o acréscimo anual de 6 meses até ao ano 2024.

4. O prazo de garantia para atribuição da pensão de invalidez a partir do ano de 2025 é de 60 meses, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações em nome do beneficiário.

Artigo 16.º
Certificação da invalidez

1. O reconhecimento do direito à pensão de invalidez depende ainda da certificação da situação de invalidez.

2. A situação de invalidez é certificada pelo sistema de verificação de incapacidades em função da incapacidade permanente para o trabalho apresentada pelo beneficiário, nos termos definidos pela legislação em vigor.

Subsecção II
Condições específicas da velhice

Artigo 17.º
Prazo de garantia

1. O reconhecimento do direito à pensão de velhice depende do preenchimento de prazo de garantia e de apresentação de requerimento.

2. O prazo de garantia para atribuição da pensão de velhice entre 2017 e 2022 é de 60 meses, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações em nome do beneficiário.

3. O prazo de garantia para atribuição da pensão de velhice a partir do ano de 2023 é progressivo, com o acréscimo anual de 6 meses até ao ano 2031.

4. O prazo de garantia para atribuição da pensão de velhice a partir do ano de 2032 é de 120 meses, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações em nome do beneficiário.

Artigo 18.º
Idade normal de acesso à pensão de velhice

O reconhecimento do direito a pensão de velhice depende ainda de o beneficiário ter idade igual ou superior a 60 anos.

Capítulo III
Determinação do montante das pensões de invalidez e de velhice

Secção I
Cálculo da Pensão estatutária

Artigo 19.º
Montante

1. A pensão estatutária é a que resulta da aplicação das regras de cálculo da pensão.

2. O montante mensal da pensão estatutária é determinado pela aplicação da seguinte regra de cálculo:

$$P = R \times \frac{N}{360}$$

Sendo:

"P" o montante mensal de pensão;

"R" remuneração de referência;

"N" número de meses com registo de remunerações;

"360"o número de meses correspondente a uma carreira contributiva completa (30anos).

3. Para efeitos de cálculo do montante mensal da pensão estatutária, nos termos definidos no número anterior, o número de meses com registo de remunerações tem como limite máximo 360.

Artigo 20.º
Remuneração de referência

1. A remuneração de referência para efeitos do cálculo das pensões de invalidez e velhice é definida pela média do

total das remunerações registadas e revalorizadas dos melhores 120 meses de toda a carreira contributiva.

2. Nos casos em que o número de meses com registo de remunerações seja inferior a 120, a remuneração de referência a que alude o número anterior obtém-se dividindo o total das remunerações registadas pelo número de meses a que as mesmas correspondam.

Artigo 21.º
Revalorização

Os valores das remunerações registadas a considerar para a determinação da remuneração de referência são atualizados periodicamente por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e da segurança social.

Secção II
Pensão proporcional

Artigo 22.º
Montante da pensão proporcional

1. As pensões com prazo de garantia preenchido por recurso à totalização de períodos contributivos, nos termos do artigo 11.º, são calculadas nos termos gerais, tendo por referência os períodos e as remunerações registadas no regime geral

2. Se, para efeito de totalização, forem tomados em consideração períodos contributivos de regime de segurança social estrangeiro, o cálculo da pensão é efetuado nos termos do instrumento internacional aplicável.

Secção III
Pensão regulamentar

Artigo 23.º
Montante da pensão regulamentar

O quantitativo mensal da pensão regulamentar é igual ao montante da pensão estatutária, acrescido dos valores respeitantes às atualizações das pensões.

Artigo 24.º
Atualização das pensões

Os valores das pensões são atualizados periodicamente segundo as regras legalmente definidas.

Artigo 25.º
Acréscimos por exercício de atividade

1. Nas situações de exercício de atividade em acumulação com pensões de invalidez relativa, o montante mensal da pensão regulamentar é acrescido de 1/13 de 0,28% do total das remunerações registadas.

2. O acréscimo referido no número anterior produz efeitos no dia 1 de Janeiro de cada ano, com referência às remunerações registadas no ano anterior.

Secção IV
Valores mínimos de pensão

Artigo 26.º
Valores mínimos de pensão de invalidez e de pensão de velhice

1. Aos pensionistas de invalidez e de velhice é garantido um valor mínimo de pensão cujos montantes são aprovados pelo Governo, através de decreto-lei.

2. Quando esteja em causa a atribuição de pensão proporcional prevista no artigo 22.º, é garantida, como valor mínimo, uma percentagem da pensão mínima aplicável correspondente à fração do período contributivo cumprido no âmbito do regime geral de segurança social contributivo.

Secção V
Contagens especiais de tempo de carreira contributiva

Artigo 27.º
Contagem de tempo de serviço militar obrigatório

1. O tempo de serviço militar obrigatório é contado, a requerimento dos interessados, aos beneficiários ativos ou pensionistas que à data da prestação desse serviço não estivessem abrangidos pelo regime contributivo de segurança social, em termos de conferirem direito ao registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições.

2. A contagem de tempo, a que se refere o número anterior, faz-se nos termos gerais e produz efeitos exclusivamente no cálculo da pensão.

3. Os efeitos a que se refere o número anterior reportam-se à data do início da pensão, se o requerimento for anterior, ou ao mês seguinte ao da entrada do requerimento, se for posterior àquela data.

Capítulo IV
Início e duração das pensões

Artigo 28.º
Início da pensão de invalidez

1. A pensão de invalidez é devida a partir da data da deliberação da entidade responsável pela verificação da incapacidade, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. A pensão de invalidez não pode ter início em data anterior à do requerimento.

Artigo 29.º
Início da pensão de velhice

A pensão de velhice é devida a partir da data da apresentação do respetivo requerimento ou daquela que o beneficiário indique para o início da pensão, no caso previsto neste decreto-lei relativamente à apresentação antecipada do requerimento.

Artigo 30.º
Convolação em pensão de velhice

As pensões de invalidez tomam de direito a natureza de pensão

de velhice a partir do mês seguinte àquele em que o pensionista atinja a idade legal de acesso à pensão de velhice.

Artigo 31.º
Cessação das pensões

1. As pensões cessam no fim do mês em que se verifique a extinção do respetivo direito.

2. O direito extingue-se pela morte do titular da pensão e pelo desaparecimento das respetivas condições de atribuição.

3. A cessação das pensões de invalidez, decorrente da revisão da incapacidade, produz efeitos a partir do mês seguinte ao da comunicação do facto ao pensionista pela instituição gestora da segurança social.

Capítulo V
Acumulação e coordenação das pensões

Secção I
Acumulação de pensões com pensões

Artigo 32.º
Acumulação de pensões com outros benefícios sociais

As pensões previstas no presente diploma apenas são acumuláveis com benefícios sociais que cumpram o mesmo fim, quando tal seja expressamente previsto na legislação que regula esses benefícios.

Secção II
Acumulação de pensões com rendimentos de trabalho

Artigo 33.º
Acumulação da pensão de invalidez relativa com rendimentos de trabalho

É permitida a acumulação da pensão de invalidez relativa com rendimentos de trabalho, auferidos no País ou no estrangeiro, atentas as capacidades remanescentes do pensionista e tendo em vista a sua reabilitação e reintegração profissional.

Artigo 34.º
Regras aplicáveis na acumulação

1. Quando a acumulação tenha lugar com rendimentos provenientes da profissão que o beneficiário vinha exercendo à data da invalidez, a acumulação a que se reporta o artigo anterior tem por limite o valor de 100% da remuneração de referência tomada em consideração no cálculo da pensão.

2. Quando a acumulação se faça com rendimentos provenientes de profissões ou atividades diferentes daquela que o beneficiário vinha exercendo à data da invalidez, a acumulação tem por limite o valor de 2 vezes a remuneração de referência.

3. A remuneração de referência a que se referem os números anteriores é atualizada pela aplicação das regras previstas no artigo 21.º

Artigo 35.º
Redução da pensão de invalidez relativa por efeito da acumulação

1. Se o quantitativo mensal recebido pelo pensionista como soma da pensão de invalidez relativa com rendimentos de trabalho for superior aos limites estabelecidos nos números 1 e 2 do artigo anterior, os montantes concedidos ao pensionista são reduzidos na parte em que o referido quantitativo mensal exceda esses limites.

2. O quantitativo mensal dos rendimentos do trabalho, a considerar para efeitos do número anterior, corresponde aos valores seguintes, conforme o caso:

   a) No início da acumulação, ao valor da remuneração declarada pelo pensionista;

   b) Posteriormente, a 1/13 das remunerações auferidas no ano anterior.

Artigo 36.º
Proibição de acumulação da pensão de invalidez absoluta com rendimentos de trabalho

1. A pensão de invalidez absoluta não é acumulável com rendimentos de trabalho.

2. O exercício de atividade em violação do disposto no número anterior determina a perda do direito à pensão durante o correspondente período, sem prejuízo da aplicação dos regimes legais de restituição das prestações indevidamente pagas e sancionatório.

Artigo 37.º
Proibição de acumulação da pensão de velhice com rendimentos de trabalho ou atividade

1. A pensão de velhice não é acumulável com rendimentos de trabalho, sempre que se trate de trabalho remunerado e sujeito a descontos para a Segurança Social nos termos da Lei que cria o regime contributivo de Segurança Social.

2. As pensões de velhice resultantes da convolação das pensões de invalidez não são acumuláveis com rendimentos de trabalho.

3. O exercício de quaisquer funções, remuneradas e sujeitas a descontos para a Segurança Social, por pensionista determina a suspensão do pagamento da pensão durante todo o período em que durar aquele exercício de funções.

4. O exercício de atividade em violação do disposto nos números 1 e 2 determina a perda do direito à pensão durante o correspondente período, sem prejuízo da aplicação dos regimes legais de restituição das prestações indevidamente pagas e sancionatório.

5. O pagamento da pensão é retomado, depois de atualizadas aquelas prestações nos termos gerais, findo o período de suspensão.

Capítulo VI
Verificação das incapacidades permanentes

Artigo 38.º
Verificação das incapacidades

1. A verificação da incapacidade para atribuição das pensões de invalidez é realizada pelos organismos que tutelam as áreas da saúde, da segurança social e do trabalho no âmbito do sistema de verificação de incapacidades.

2. Constituem órgãos especializados do sistema de verificação de incapacidades as comissões de verificação, as comissões de recurso e os médicos relatores.

3. A estrutura, as competências e o regime de funcionamento do sistema de verificação de incapacidades é definido por legislação específica.

Artigo 39.º
Avaliação da incapacidade

A incapacidade permanente para o trabalho é avaliada em função das funcionalidades físicas, sensoriais e mentais, do estado geral de saúde, da idade, das aptidões profissionais e da capacidade de trabalho remanescente dos beneficiários.

Artigo 40.º
Revisão da incapacidade

1. O pensionista de invalidez pode ser sujeito a exame de revisão da incapacidade por decisão da instituição gestora da segurança social ou a seu pedido, nos termos da lei.

2. Ressalvada a situação de agravamento da incapacidade, a revisão da incapacidade só pode ser requerida após três anos a contar da data da atribuição da pensão.

Capítulo VII
Processamento e administração

Secção I
Gestão das pensões

Artigo 41.º
Instituição gestora

A gestão das pensões previstas neste decreto-lei compete ao organismo público que gere a segurança social.

Secção II
Organização dos processos

Artigo 42.º
Requerimento

1. A atribuição das prestações depende de apresentação de requerimento por parte dos beneficiários ou dos seus representantes legais, quando os mesmos sejam incapazes.

2. O requerimento em modelo próprio pode ser apresentado no organismo público que gere a segurança social, em lugar alternativo designado por despacho do ministro com a tutela da segurança social, ou nas representações diplomáticas no estrangeiro.

3. No caso do beneficiário residir no estrangeiro, o requerimento pode ser apresentado nas instituições previstas para o efeito nos instrumentos internacionais aplicáveis e, na sua falta, no local referido no número anterior.

4. O requerimento de pensão de velhice pode ser apresentado com a antecedência máxima de três meses em relação à data a que o beneficiário deseje reportar o início da pensão.

Artigo 43.º
Declaração de titularidade de pensão dos requerentes de pensão de invalidez e de velhice

Os beneficiários devem declarar, no ato do requerimento, se são titulares de outra pensão e, em caso afirmativo, indicar o respetivo valor e a entidade pagadora.

Artigo 44.º
Declaração de exercício de atividade profissional dos requerentes da pensão de invalidez relativa

Os beneficiários devem declarar, no ato do requerimento da pensão de invalidez relativa, se exercem atividade profissional remunerada, qual o tipo de atividade e a remuneração recebida.

Artigo 45.º
Declaração em caso de incapacidade decorrente do ato de terceiro

No ato de requerimento da pensão de invalidez devem os beneficiários:

a) Declarar se a incapacidade foi provocada por intervenção de terceiro;

b) Identificar os eventuais responsáveis pela incapacidade permanente;

c) Declarar se houve lugar a indemnização e qual o respetivo montante.

Secção III
Meios de prova e declarações

Artigo 46.º
Meios de prova para a atribuição das pensões de invalidez e de velhice

1. O processo de atribuição das pensões de invalidez e de velhice deve ser instruído, para além do requerimento, com os seguintes elementos:

   a) Fotocópia do bilhete de identidade;

   b) Certificação da incapacidade permanente, nos termos definidos no presente decreto-lei, tratando-se de pensão de invalidez;

   c) Certificação dos períodos contributivos cumpridos em sistemas de proteção social estrangeiros

2. Dos processos devem ainda constar as declarações exigidas neste decreto-lei, designadamente as referidas nos artigos 43.º e 44.º, bem como outros elementos necessários, pertinentes e adequados à aplicação do presente decreto-lei.

Artigo 47.º
Efeitos da inobservância das obrigações legais

1. Determinam a suspensão do pagamento das prestações em curso:

   a) A falta de apresentação das declarações a que se referem os artigos anteriores;

   b) adoção pelos pensionistas de procedimentos que impeçam ou retardem a avaliação da subsistência da incapacidade, designadamente a ausência injustificada ao exame médico e a não atuação para a obtenção de elementos clínicos.

2. Apresentadas as declarações referidas no número anterior e adotados os procedimentos que permitam a avaliação da subsistência da incapacidade, o pensionista readquire o direito ao pagamento das prestações suspensas desde o início daquela, verificados os requisitos legais.

Secção IV
Atribuição e pagamento das prestações

Artigo 48.º
Decisão

A atribuição das prestações exige decisão expressa da instituição gestora da segurança social.

Artigo 49.º
Comunicação da não atribuição das prestações

Sempre que os elementos remetidos pelo requerente não permitam a verificação das condições de atribuição das prestações, o indeferimento do pedido deve ser devidamente fundamentado e comunicado ao requerente.

Artigo 50.º
Pagamento das prestações

1. As prestações previstas no presente decreto-lei são pagas mensalmente aos titulares do direito ou aos seus representantes legais.

2. Os pensionistas têm direito a receber, no mês de Dezembro de cada ano, além da pensão mensal que lhe corresponda, um montante adicional de igual quantitativo.

Artigo 51.º
Prazo de prescrição

O direito às prestações vencidas prescreve a favor da instituição gestora da segurança social no prazo de 3 anos, contado a partir da data em que as mesmas são postas a pagamento, com conhecimento dos interessados.

Capítulo VIII
Disposições finais e transitórias

Artigo 52.º
Execução

1. Os procedimentos que venham a ser considerados necessários à execução do disposto no presente decreto-lei são aprovados por despacho do ministro responsável pela área da segurança social.

2. Os modelos de formulários de requerimento e de declarações são aprovados por despacho do ministro responsável pela área da segurança social ou por despacho conjunto com outros ministros quando incida sobre áreas que abranjam a sua tutela.

Artigo 53.º
Pensão mínima de velhice atribuída a trabalhadores do setor privado

Os beneficiários do regime geral abrangidos pela Lei do trabalho, à data da entrada em vigor do presente decreto-lei, tenham contrato de trabalho válido e 55 ou mais anos de idade podem aceder à pensão de velhice do regime contributivo de segurança social, sendo-lhe atribuída uma pensão de valor nunca inferior a 1,5 do valor do Subsídio de Apoio a Idosos e Inválidos, ainda que a fórmula de cálculo aplicada resulte em valor inferior, desde que contribuam um período mínimo:

a) Os trabalhadores com 55 anos: devem contribuir pelo menos 5 anos;

b) Os trabalhadores com 56 anos: devem contribuir pelo menos 4 anos;

c) Os trabalhadores com 57 anos: devem contribuir pelo menos 3 anos;

d) Os trabalhadores com 58 anos: devem contribuir pelo menos 2 anos;

e) Os trabalhadores com 59 anos: devem contribuir pelo menos 1 ano.

Artigo 54.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Agosto de 2017 e é aplicável às situações em que o facto determinante da proteção ocorra após o início da sua vigência.

Aprovado em Conselho de Ministros em 7 de Fevereiro de 2017.

O Primeiro-Ministro,

Dr. Rui Maria de Araújo

A Ministra da Solidariedade Social,

Isabel Amaral Guterres

Promulgado em 19 Maio 2017

Publique-se.

O Presidente da República,

Taur Matan Ruak

DECRETO-LEI N.º 18 /2017

de 24 de Maio

APROVA O REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO NA MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO NO ÂMBITO DO REGIME CONTRIBUTIVO DE SEGURANÇA SOCIAL

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste consagra, no seu artigo 56.º, o direito de todos os cidadãos à segurança social e à assistência social.

Desde 2008, o Governo tem vindo a aprovar e desenvolver, progressivamente, um conjunto de programas e medidas de proteção social, visando a realização daquele direito constitucional. Assim, através do Decreto-Lei n.º 19/2008, de 19 de Junho, foi criado o Subsídio de Apoio a Idosos e Inválidos, que constitui a primeira medida de segurança social de cidadania, e, posteriormente, através da Lei n.º 6/2012, de 29 de Fevereiro, foi criado o regime transitório de segurança social na velhice, invalidez e morte para trabalhadores do Estado.

Mais recentemente, através da Lei n.º 12/2016, de 14 de Novembro, o Parlamento Nacional aprovou a criação do regime contributivo de Segurança Social, que se carateriza por ser um regime único e para todos, integrando os beneficiários do regime transitório, obrigatório, autofinanciado, com independência financeira em relação ao orçamento do Estado, gerido tedencialmente em repartição, incluindo igualmente uma componente de capitalização pública de estabilização, e assente, entre outros, em princípios de solidariedade intra e inter geracionais.

A criação do novo regime contributivo de segurança social permite associar direitos a deveres, numa plena construção da cidadania, e confere proteção social nas eventualidades de acidente de trabalho, maternidade, paternidade e adoção, invalidez, velhice e morte, sob a condição geral de cumprimento das obrigações contributivas.

As eventualidades a que se refere este diploma dizem respeito a situações de incapacidade ou de indisponibilidade para o exercício de atividade profissional, por motivo de maternidade, paternidade e adoção, devendo a segurança social substitui o rendimento do trabalho na perda do mesmo.

Trata-se, por isso, de definir os titulares dos direitos, estabelecer as condições de atribuição e determinar os montantes, as regras de processamento e administração e a duração das prestações, bem como definir as condições de acumulação das mesmas com outros benefícios sociais e com rendimentos do trabalho.

Assim, o Governo decreta, nos termos das alíneas a) e j) do n.º 1 do artigo 115.º e da alínea d) do artigo 116º da Constituição da República e do artigo 69.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de Novembro, para valer como lei, o seguinte:

Capítulo I
Da natureza e objetivos das prestações

Artigo 1.º
Proteção na maternidade, paternidade e adoção

O presente diploma define e regulamenta a proteção social nas situações de gravidez, maternidade, paternidade e adoção.

Artigo 2.º
Caraterização das eventualidades

A proteção social estabelecida neste diploma abrange as situações respeitantes à saúde e à segurança no trabalho das beneficiárias grávidas, puérperes e lactantes, bem como as situações de incapacidade ou de indisponibilidade para o exercício da atividade profissional por motivo de maternidade, paternidade e adoção.

Artigo 3.º
Modalidades das prestações

A proteção social estabelecida neste diploma concretiza-se na atribuição de prestações pecuniárias.

Artigo 4.º
Objetivo das prestações

1. Os subsídios previstos neste diploma são concedidos na presunção da perda de remuneração decorrente da não prestação de trabalho em consequência da ocorrência da eventualidade e destinam-se a compensar essa perda.

Sistema Seguransa Sosial Timor-Leste

Lei de baze ba Sistema seguranca social

- Seguransa Sosiál ne'e direitu umanu fundamental ida ne'ebé konsagra iha artigu 56.º Konstituisaun República Demokrátika Timor-Leste:

"Haktuir ba lei, "sidadaun hotu-hotu iha direitu ba seguransa no asisténsia sosiál "

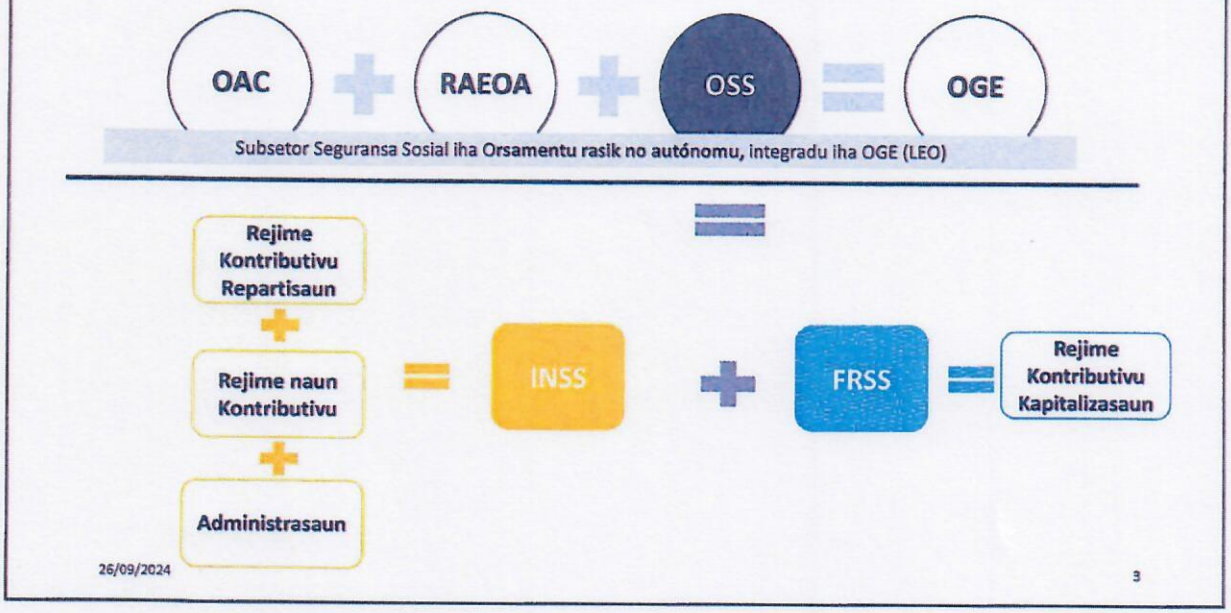
- Deklarasaun Universál Direitus Umanus (DUDH) 1948, iha artigu 22º mos konsagra ona Direitu ba Seguransa Sosiál, ne'ebé hatete:

"Ema hotu-hotu, nudar membru sosiedade, iha direitu ba seguransa sosiál: no bele leiitimamente eziii nia satisfasaun ba direitu ekonómiku, sosiál no kulturál ne'ebé indispensável, agradese ba esforsu nasionál no kooperasaun internasionál, liuhusi armonia ho organizasaun no rekursu husi kada nasaun."

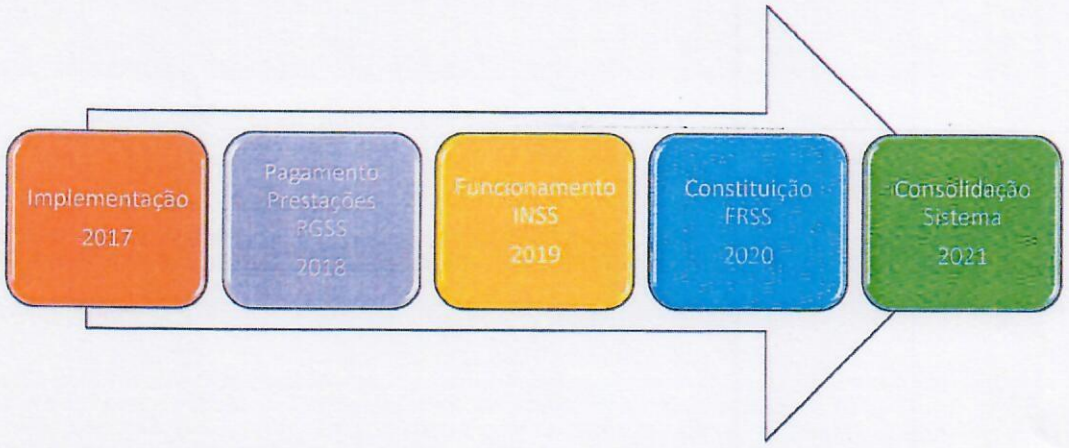
- **Seguransa Sosiál nudar Sistema ida** ne'ebé atu asegura direitu umanu fundamental ba sidadaun hotu-hotu no garante nível bein-estar adekuadu, nomós proteje sidadaun sira durante siklu tomak moris nian: Seguransa Sosiál proteje ita desde antes ita moris (proteje iha maternidade) no hafoin mate (liuhusi pensaun sobrevivénsia ba ~~familia~~ benefisiáriu matebian).

2

Orsamentu Seguransa Sosial



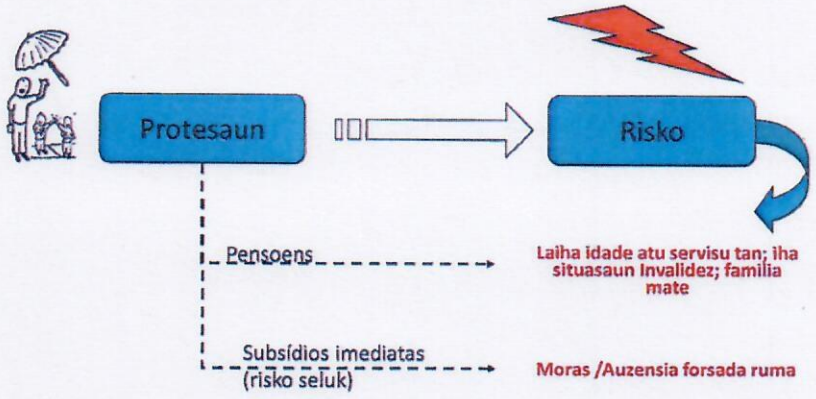
Etapa desenvolvimentu Sistema segurança Social



Segurança Social Kontributiva

Kontribuisaun obrigatória husi Traballador no Entidade Empregadores ba finansiamento sistema protesaun social.

Proteje ba se, no kontra saida?



Objetivus

Proteje traballadores kontra risku sosiais, iha nia vida tomak, no substitui rendimentu servisu iha situasaun nebe'e lakon rendimentu: no prestasaun sosial hirak ne'e hodi substitui saláriu iha futuru

- Garanti katak, iha prezente, traballador sira ne'ebe la bele servisu tamba iha hela lisensa (maternidade, ezemplo), kontinua iha rendimentu
- Garanti katak, , iha futuru, wainhira traballadores husik ona servisu, kontinua iha rendimentu ida (pensaun) hodi mantein sira nia nível ba konsumu no kondisaun ba moris ne'ebe dignu.

Hadia atividade ekonómika, liu husi sirkulasaun moeda no manutensaun ba nível konsumu – esensial ba atividade empreza

- Substitui rendimentu servisu, permiti mantein poder atu sosa no nível ba konsumu
- Permiti ba ajente ekonómiku sira asumi risku
- Permiti empreza sira renova kuadru pessoal (protesaun iha vellise/reforma): impaktu pozitivu iha empregu jovem
- Permiti ba feto sira mantein empregu durante maternidade (tamba enkargu ho lisensa asumi husi Seguransa Sosial)
- Iha impaktu pozitivu motivasaun ba traballador sira – saida mak hasae produtividade

26/09/2024 7

Se mak bele abranje husi rejime kontributivu?

Obrigatoriamente:

- Traballador hotu-hotu ne'ebe iha kontratu servisu (eskrita ka oral) ba tempu determinadu ka indeterminadu, tuir Lei do Trabalho - **SETOR PRIVADU**
- Emprezáriu ne'ebe ho naran individual - **SETOR PRIVADU**
- Traballador hotu-hotu ne'ebe halao funsaun remunerada iha Estadu (funsionáriu públiku, ajente, Forsas de Defeza no Seguransa, funsionariu ne'ebe abranje husi karreira espesial iha Administrasaun Pública, Polítikus no titulares Órgaun Soberania, kargu nomeasaun política, kontratadus termu sertu, assessores, sst) - **SETOR PÚBLIKU**
- Entidade Empregadora, nasional ka estranjeira – **SETORE PÚBLIKU NO PRIVADU**

26/09/2024 8

Se mak bele abranje husi rejime kontributivu?

Traballador estranjeiru sira mos nafatin obrigatoriamente abranje husi rejime kontributivu seguransa sosial Timor-Leste?

- ❑ Traballador estranjeiru sira ne'ebe servisu ba ema seluk (iha setor públiku ka privadu) ka Emprezáriu individual, **mos obrigatoriamente tenke inskreve iha** rejime jeral iha Timor-Leste
- ❑ Nune'e, traballador sira ne'e mos bele **husu dispensa kontribuisaun** iha Timor-Leste, wainhira sira exerse atividade profisiunal iha Timor-Leste transitóriamente, ba periúdu máximu tinan 10 no:
  - Wainhira prova katak enkuadra hela iha rejime seguransa sosial iha sira nia nasaun, ne'ebe mak pelu menus integra iha sistema ne'e eventualidade invalidez, vellise no mate. Prova ne'e fo anualmente liu husi deklarasaun Instituisaun Seguransa Sosial iha nia nasaun orijem, hakerek (ka traduz) lían ofisial Timor nian ida
  - Wainhira abranje iha Konvensaun Internasional Seguransa Sosial, ne'ebe Timor-Leste mos vinkula
- ❑ Ba traballador estranjeiru sira seluk ne'ebe inskreve no kontribui hanesan fakultativa

26/09/2024 9

Inskrisaun obrigatória iha rejime kontributivu seguransa sosiál

- Inskrisaun iha rejime kontributivu seguransa sosiál nian obrigatóriu ba traballadór sira hotu ne'ebé servisu ba ema seluk, iha setór públiku no iha setór privadu.
- Traballadór ne'ebé servisu ba ema seluk inklui traballadór sira hotu ho kontratu traballu ba tempu determinadu ka indeterminadu, husi setór atividade sira hotu, tuir termus lei traballu nian, nomós traballadór sira hotu ne'ebé hala'o funsaun iha Estadu.
- **Emprezáriu ho Naran Individuál (ENIN) ou Jerente Administrador sira husi Nasional kah Estrangeiro (Adezaun Obrigatória*)**

26/09/2024 10

Inskrisaun fakultativa iha rejime kontributivu Seguransa Sosiál

- Inskrisaun fakultativa iha rejime kontributivu Seguransa Sosiál ba traballadór sira hanesan tuir mai ne'ebé aptu ba servisu:
- Traballadór ba an rasik, inklui setór informal (nasionál ka estranjeiru)
- **Traballadór sira servisu doméstiku nian (nasionál ka estranjeiru)**
- Jerente no Administradór empreza sira (nasionál ka estranjeiru)
- Traballadór nasionál ne'ebé hala'o sira-nia atividade profisionál iha estranjeiru
- Traballadór sira dezempregadu ho kontribuisaun ba seguransa sosiál pelumenus tinan 3 (nasionál ka estranjeiru)
- Traballadór ne'ebé servisu ba an rasik tenke **Hili eskalaun baze insidénsia kontributiva. ($ 100-$ 1000)**

Taxa kontributiva– Traballador ho Konta ema seluk



Ezemplu 1: Saláriu brutu mensal 115 USD, laiha suplementu seluk

- Baze insidénsia kontributiva: 115 USD
- Entidade Empregadora kontribui ho: 6,9 USD (=115 USD x 6%)
- Traballador kontribui ho: 4,6 USD (=115 USD x 4%)
- EE entrega ba SS total hamutuk 11,5 USD/fulan (=6,9 USD + 4,6 USD)
- Traballador simu **saláriu líkidu mensal 110,4 USD** (=115 USD – 4,6 USD)

Ezemplu 2: Saláriu brutu mensal 600 USD, laiha suplemtu seluk

- Baze insidénsia kontributiva : 600 USD
- Entidade Empregadora kontribui ho : 36 USD (=600 USD x 6%)
- Traballador kontribui ho : 24 USD (=600 USD x 4%)
- EE entrega ba SS total hamutuk 60 USD/fulan (=36 USD + 24 USD)
- Impostu nebe retein husi saláriu (10%): 10 USD (=(600 USD-500 USD)x10%)
- Traballador simu **saláriu líkidu mensal 566 USD** (=600 USD - 10 USD impostu - 24 USD kontribuisaun sosial)

Wainhira mak bele Simu Pensaun liu husi Regime Kontribuisaun Seguranca Social

- Decreto-Lei nº17/2017, de 24 de maio - Aprova o regime jurídico das pensões de invalidez e velhice, no âmbito do regime contributivo de segurança social
- ***Artigu 18***, idade normal hodi hetan pensoens 60 Anos ba leten
- Pensoens Veliche no Invalidez (Pensionista)
- Subsidiu Maternidade
- Subsidiu Paternidade
- Subsidiu Morte (Re-Imbolsu Vuneral)
- Pensoens Sobrevivensia

26/09/2024 13

Oinsa atu kalkula Pensaun Vellise no Invalidez?

- **P: valor pensaun kada fulan**
- **R:** remunerasaun referénsia *(média husi total remunerasaun ne'ebe rejista no revaloriza iha fulan 120 ne'ebe diak liu iha kareira kontributiva tomak)*
- **N:** total numeru fulan rejista iha remunerasaun ne'ebe deklara (limite máximu: fulan 360)
- **360:** número fulan korespondente ba kareira kontributiva kompleta (tinan 30)

$$P = R \times \frac{N}{360}$$

- Valor R (remunerasaun rejista ne'ebe sai nudar baze kalkulasaun ba pensaun) no P (pensaun) sei atualiza periodikamente, tuir despaxu konjuntu husi Ministru ba área Finansas no Seguransa Sosial

26/09/2024 14

Kálkulu Pensaun Reforma

	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Agst	Set	Out	Nov	Dez
2017								144,00	144,00	144,00	144,00	288,00
2018	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	288,00
2019	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	288,00
2020	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	288,00
2021	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	316,80
2022	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	158,40	316,80
2023	174,24	174,24	174,24	174,24	174,24	174,24	174,24	174,24	174,24	174,24	174,24	348,48
2024	174,24	174,24	174,24									

P=R*N/360

R 167,33

Kontribuisaun Minimu

26/09/2024

15

SEGURANÇA SOCIAL

DL nº 28 /2021 de 1 de Dezembro

Art.4º. Fórmula de cálculo das pensões de invalidez e Velhice dos beneficiários Regime Trasitório integrados no Regime Geral

Nome	JULI			Nº. Cartão Identificação	44444	Instituição	MINISTERIO	No Id Funcionario	-	NISS	10005555555	
Ano	Mes											
	Jan	Feb	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Agst	Set	Out	Nov	Dez	Total
2002													$ -
2003													$ -
2004													$ -
2005													$ -
2006													$ -
2007													$ -
2008													$ -
2009													$ -
2010													$ -
2011													$ -
2012													$ -
2013													$ -
2014													$ -
2015													$ -
2016													$ -
2017													$ 816,00
2018	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 408,00	$ 2.652,00
2019	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 408,00	$ 2.652,00
2020	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 408,00	$ 2.652,00
2021	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 408,00	$ 2.652,00
2022	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 408,00	$ 2.652,00
2023	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 204,00	$ 408,00	$ 2.652,00
2024													$ -

PS	Rt*N/360	Komplemen ter Social	$ 67,55
P 26/09/2024	$ 46,47	PF	$ 114,00

Tinan Kontribui 6

16

Kalkulasaun Prefrensial Rejime Tranjitoria ba Rejime Jeral

Nome				Nº. Cartão Identificação		Instituição		Nº de Funcionário		NISS	10008414S	
Ano	Mes											
	Jan	Feb	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Agst	Set	Out	Nov	Dez	Total
2002					$ 343.00	$ 342.00	$ 345.00	$ 343.00	$ 345.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 2.794.00
2003	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2004	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2005	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2006	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2007	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2008	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2009	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2010	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2011	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2012	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2013	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2014	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2015	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2016	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 343.00	$ 4.116.00
2017	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 4.800.00
2018	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 4.800.00
2019	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 4.800.00
2020	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 400.00	$ 4.800.00
2021	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 6.000.00
2022	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 6.000.00
2023	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 6.000.00
2024	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00	$ 500.00								$ 2.500.00
Total:													$ 100.068.00
Media:													$ 377.62

PENSÃO FINAL MENSAL **$374,34**

26/09/2024

17

Kalkulasaun Prefrensial Rejime Tranjitoria ba Rejime Jeral 2

Nome				Nº. Cartão Identificação			Instituição		Nº de Funcionário		NISS	10006372 4	
Ano	Mes												
	Jan	Feb	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Agst	Set	Out	Nov	Dez	Total
2002					$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 4.386.00
2003	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 5.579.00
2004	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 5.580.00
2005	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 5.581.00
2006	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 5.582.00
2007	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 5.583.00
2008	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 298.00	$ 5.584.00
2009	$ 323.00	$ 323.00	$ 323.00	$ 323.00	$ 425.00	$ 425.00	$ 425.00	$ 425.00	$ 425.00	$ 425.00	$ 425.00	$ 374.00	$ 6.650.00
2010	$ 374.00	$ 374.00	$ 374.00	$ 374.00	$ 374.00	$ 374.00	$ 640.00	$ 640.00	$ 640.00	$ 640.00	$ 640.00	$ 640.00	$ 8.094.00
2011	$ 640.00	$ 640.00	$ 640.00	$ 640.00	$ 640.00	$ 640.00	$ 725.00	$ 725.00	$ 725.00	$ 725.00	$ 725.00	$ 725.00	$ 10.201.00
2012	$ 725.00	$ 725.00	$ 725.00	$ 725.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 11.712.00
2013	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 12.213.00
2014	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 12.214.00
2015	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 12.215.00
2016	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 850.00	$ 12.216.00
2017	$ 1.108.00	$ 1.108.00	$ 1.108.00	$ 1.108.00	$ 1.108.00	$ 1.108.00	$ 1.108.00	$ 1.108.00	$ 1.108.00	[illegible]			$ 16.421.00
2018	$ 1.108.00	$ 1.108.00	$ 1.108.00	$ 1.108.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.250.00	$ 16.575.00
2019	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 2.250.00	$ 16.644.00
2020	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 1.125.00	$ 606.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 4.000.00	$ 23.126.00
2021	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 4.000.00	$ 28.021.00
2022	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 2.000.00	$ 4.000.00	$ 28.022.00
2023	$ 742.00	$ 9.858.00	$ 2.000.00	$ 9.200.00	$ 2.800.00	$ 2.400.00	$ 2.700.00	$ 2.400.00	$ 2.700.00	$ 2.700.00	$ 2.600.00	$ 1.262.00	$ 30.885.00
2024	$ 631.00												$ 2.655.00
Total:													$ 285.739.00
Media:													$ 1.094.79

PENSÃO FINAL MENSAL = P + F **$ 1.121,27**

26/09/2024

18

Pagamentu Prestacoes(Regime Naun Kontributivu no Kontributivu

- **Dados Pagamentu Pensaun Social (Regime Naun Kontributivu)**

1. Dadus Pagamentu Pensaun Velhice no Invalides = 104.955 pessoas

- **Dados Pagamentu Prestacoes (Regime Transitorio no regime Geral)**

1. Dadus Pagamentu Prestacoes "RTSS" = 2.322 Pessoas
2. Dadus Pagamentu Prestacoes "RGSS" = 1.291 Pessoas

Total Pagamentu = 108.565 Benefisiarius 3.613

26/09/2024 19

Beneficiários ba Prestações Sociais – Tinan 2024

Programa A04 - Regime Kontributivo Reparfisaun		
❑ Subprograma A0401 - Rejime tranzitório seguransa sosial		
❖ Atividade A040101: Pagamento prestasaun sosiais de direito – rejime tranzitório seguransa sosial	➢ Pagamento Pensão Invalidez	▪ 12 pessoas
	➢ Pagamento Pensão Velhice	▪ 877 pessoas
	➢ Pagamento Pensão Sobrevivência	▪ 1.443 pessoas
❑ Subprograma A0402 - Rejime jeral seguransa sosial		
❖ Atividade A040201: Pagamento prestasaun sosiais de direito - rejime jeral seguransa sosial	➢ Pagamento Pensão Invalidez	▪ 8 pessoas
	➢ Pagamento Pensão Velhice	▪ 296 pessoas
	➢ Pagamento Pensão Sobrevivência	▪ 987 pessoas
	➢ Pagamento Subsidio Maternidade	▪ 243 pessoas
	➢ Subsidio Paternidade	▪ 109 pessoas
	➢ Subsidio Morte	▪ 139 pessoas
	➢ Subsidio Risco Clinica	▪ 1 pessoa
	➢ Subsidio Interupsaun Gravides	▪ 3 pessoas

26/09/2024 20

Beneficiários ba Prestações Sociais – Tinan 2024

Programa A05 - Rejime Não Kontributivo		
❑ Subprograma A0501- Protesaun Sosial ba Sidadania		
❖ Atividade A050101: Pagamento pensaun sosiais	➢ Pagamento Pensau Social Velhice	• 96.190 pessoas
	➢ Pagamento Pensaun Social Invalides	• 8.724 pessoas
	➢ Pagamento Complemento Social Velhice	• 41 pessoas

Número de Contribuintes Registados

Programa A06 - Administrasaun Seguransa Sosial		
❑ Subprograma A0601 - Koordenasaun, Jestaun no funsionamento INSS		
❖ Atividade A060104: Extensão da cobertura do sistema de segurança social	➢ Entidades Empregadoras registadas no regime contributivo de segurança social Setor Privadu	• 4.955 registadu
	➢ Entidades Empregadoras registadas no regime contributivo de segurança social Setor Publiku	• 83 registadu
	➢ Trabalhadores registados no regime contributivo de segurança social Setor Publiku	• 67.653 registadu
	➢ Trabalhadores registados no regime contributivo de segurança social Setor Privadu	• 74.034 registadu
	➢ Adesaun Facultativo	• 13.048 registadu

NB :
Total Kontribuente husi Empregadores no Trabalhadores husi Setor Privado no Publiku Hamutuk; 159.773 Registado.

Projeksaun Dadus Benefisairius Prestasaun Social Tinan 2024 - 2025

- Trabalhadores Setor Publiku

Idade	Mane	Feto	Total	Obs
59 Anos	713	188	901	
60 Anos	4434	1425	5859	
Total	5147	1613	6760	

- Trabalhadores Setor Privadu

Idade	Mane	Feto	Total	Obs
59 Anos	144	35	179	
60 Anos	575	165	740	
Total	719	200	919	

26/09/2024 23

KONTRIBUI BA SEGURANCA SOCIAL SALVA ITA NIA FUTURU

OBRIGADU WAIN

INSS-FRSS

26/09/2024 24

A DiPLEN
Agendar e Distribuir
aos deputados.
3-24
10

997
RECEBIDO
3 10 24
9:43

PARLAMENTO NACIONAL

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Excelentíssima a Senhora
Presidente do Parlamento Nacional
Dra. Maria Fernanda Lay

Data: 02 de outubro de 2024.

N/referência: 06 **/VI/2ª/2024/** COM.A **N/Processo:** **V/referência:**

Assunto: Remessa do Relatório e Parecer, sobre PJL. n.º 11/ VI (2ª) – Autorização Legislativa em matéria de fixação de limite de idade para a relação de trabalho de funcionários públicos e agente administrativos.

Excelência,

A Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça tem a honra de remeter, o Relatório e Parecer sobre PPL, n.º 11/ VI (2ª), – **Autorização Legislativo em matéria de fixação de limite de idade para a relação de trabalho de funcionários públicos e agente administrativos.** que foi aprovado na reunião ordinária da Comissão na Quarta-feira, dia 02 de outubro de 2024, na sala da Comissão, com votos 9 a favor, 0 contra e 0 abstenções.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Comissão

Patrocínio Fernandes dos Reis.